

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 090

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 26 DE JUNHO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 061ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
26 DE JUNHO DE 2002**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Garcia e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielese, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Antes do início da leitura da Sessão anterior, cumprimento o ilustre deputado Sérgio Augusto Lopes Ramirez, presidente da “Comissão do Meio Ambiente do Estado Águas Calientes”, no México.

As nossas boas vindas ao nosso colega mexicano.

(Aplausos)

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Proposta de Emenda Constitucional:

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º - O artigo 102 da Constituição do Estado do Paraná, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 102 - Fica extinto o Tribunal de Alçada do Estado do Paraná passando os seus membros a integrar o Tribunal de Justiça.

Parágrafo Único - No prazo de cento e oitenta dias, contados da promulgação desta Emenda, o Tribunal de Justiça, por ato administrativo, promoverá a integração dos membros do tribunal extinto em seus quadros, fixando-lhes a competência e remetendo, em igual prazo, ao Poder Legislativo, proposta de alteração da organização e da divisão judiciária correspondentes, assegurados os direitos dos inativos e pensionistas e o aproveitamento dos servidores no Poder Judiciário estadual.

Art. 93 - São órgãos do poder judiciário do Estado:

I - ...

II - suprimido.

Art. 103 - suprimido.

Art. 104 - suprimido”.

Art. 2º - Substitui-se, no que couber, a expressão Tribunal de Alçada por Tribunal de Justiça.

Art. 3º - Esta Emenda Constitucional entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.2002.

(a) IRINEU COLOMBO

Apoioamento:

Orlando Pessuti, Cezar Silvestri, Luciana Rafagnin, Hermes Fonseca, Pastor Edson Praczyk, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, José Maria Ferreira, Neivo Beraldin, Waldyr Pugliesi, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Carlos Martins, Divanir Braz Palma, Moysés Leônidas, Ademar Traiano, Marcos Isfer, Luiz Carlos Zuk e Eli Ghellere.

JUSTIFICATIVA:

A criação dos Tribunais de Alçada deu-se visando agilizar a justiça, em especial nas causas de menor expressão econômica, ou de crimes mais leves e que demandavam solução mais rápida. Entretanto, passaram a exercer funções idênticas às do Tribunal de Justiça, inclusive julgando muito mais processos que o Tribunal de Justiça, razão pela qual não podem ser considerados tribunais inferiores.

A coexistência de tribunais autônomos para o exercício de uma única atribuição significa gasto excessivo no

momento em que é exigido a todos os brasileiros o sacrifício resultante do ajuste fiscal.

Além da superposição de estruturas, evidente o retrocesso consistente em inúmeros conflitos de competência, numa discussão autofágica para se chegar à deliberação prévia sobre qual o tribunal competente para conhecer de determinados recursos.

A existência dessa discussão processual dos conflitos de competência intensifica o problema do excesso de processos represados, a aguardar distribuição em alguns tribunais estaduais. Depois de suportar as vicissitudes do processo na primeira instância, a parte ainda precisa munir-se de paciência para esperar que o recurso chegue às mãos do relator.

Apenas três Estados, em todo o Brasil, conservam essa excrescência que já surtiu efeitos nas décadas imediatamente posteriores à de quarenta, mas que hoje perderam sua razão de existir e foram substituídos pela alternativa mais econômica das Turmas de Recursos dos Juizados Especiais, de forma pioneira, os Estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro já procederam à unificação da segunda instância, em experiência exitosa e por todos reconhecida.

De acordo com o juiz de Direito Dr. Rogério Ribas, em matéria publicada pelo jornal Folha de Londrina o Tribunal de Alçada julga muito mais processos do que o Tribunal de Justiça, sendo que o leque de competência recursal do Tribunal de Alçada é muito maior, e com a unificação das duas Cortes de Justiça, acabariam com os conflitos de competência entre os dois tribunais existentes, dinamizando não só os julgamentos, mas também a administração da justiça em segundo grau. Proporcionando vantagens para a população com a maior rapidez nos julgamentos além de grande economia de cargos e salários.

A unificação, com a eliminação dos conflitos de competência, racionalização na distribuição de recursos e gestão administrativa única para o Poder Judiciário estadual, está de acordo com as modernas exigências da mais adequada gestão organizacional. E atende à postulação da quase totalidade dos juizes brasileiros, inúmeras vezes manifestada em seus congressos associativos. O brasileiro tem direito a uma Justiça eficiente, célere e descomplicada. A existência de um único órgão de segunda instância atenderá a esse legítimo interesse da comunidade.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1791

Senhor presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução nº 028/2001, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que dispõe sobre a cencessão de vale-refeição aos servidores e funcionários da Assembléia Legislativa.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132, § 2º, XI, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 26.06.2002.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO Nº 1817

Senhor presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, preferência de discussão e votação para o Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre aprovação e encaminhamento de proposta de emenda constitucional ao Congresso Nacional da Forma do artigo 60, III, da Constituição Federal de 1988, item 24 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132, § 2º, XI, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 26.06.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1828

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto nos artigos 175 e 107, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a diminuição de interstício e a transformação do Plenário em Comissão Geral para realização das Sessões Plenárias que se realizarem até o dia 30 deste mês, para discussão e votação dos projetos de lei a seguir arrolados:

PL 343/2001 - Mensagem 031/2001 - Doa imóvel para Foz do Iguaçu;

PL 495/2001 - Mensagem 047/2001 - Consignação em folhas de pagamento de servidores;

PL 628/2001 - Mensagem 052/2001 - Autoriza a Cohapar a participar da Cohaprev;

PL 195/2002 - Mensagem 012/2002 - Autoriza ceder imóvel à Amena;

PL 339/2002 - Mensagem 018/2000 - Convênio - cessão de imóvel para a Receita Federal em Medianeira;

PL 385/2002 - Mensagem 020/2002 - ICMS - substituição tributária;

PL 386/2002 - Mensagem 021/2002 - Institui o Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE;

PL 467/2002 - Mensagem 022/2002 - Agência de Infra-estrutura;

PL 315/2002 - ICMS - redução alíquota, produtos da merenda escolar;

PL 399/2002 - ICMS - diferimento - produtos para Usinas Hidrelétricas que especifica;

PL 410/2002 - Doação de imóvel ao município de Conselheiro Mairink;

PL 082/2002 - Polícia Civil - aposentadoria especial - Lei Complementar 14/82;

PL 421/97 - Doação de imóvel ao município de Sertãoópolis;

PL 283/2002 - Pequena Central Usina Hidrelétrica - Rio São Francisco Verdadeiro;

PL 318/2002 - Denominação do contorno Leste da cidade de Cambé - "Madre Leônia Milito",

PL 346/2002 - Cessão de imóvel ao município de Jaguapitã, e

PL 466/2002 - inclusão de Cafeara no 15º Batalhão da Polícia;

PL 474/2002 - ICMS - manutenção de crédito nas aquisições de papel destinado à imprensa;

PL 112/2002 - Doação de imóvel município de Morretes.

Sala das Sessões, em 26.06.2002.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Carlos Simões, Tony Garcia, Ademar Traiano, Luiz Carlos Martins e Plauto Miró Guimarães.

REQUERIMENTO Nº 1794

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constante da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 26.06.2002.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1780

Senhor Presidente:

O deputado Ricardo Chab que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente à Bancada dos deputados e senadores do Estado do Paraná, aos Exmos. Srs.: ministro da Casa Civil da Presidência da República - Pedro Parente; ministro da Fazenda - Pedro Sampaio Malan, solicitando apoio a inclusão dos pleitos da categoria funcional de Técnicos da Receita Federal no relatório do deputado Roberto Pessoa, que trata do projeto de conversão em lei MP nº 2175/99, a saber: Relação Remuneratória da RAV (Retribuição de Adicional Variável) 8 vezes o MVB (Maior Vencimento Básico) e o retorno da relação original do parágrafo 3º do artigo 6º da referida MP.

Sala das Sessões, em 26.06.2002.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

A carreira de Auditoria do Tesouro Nacional formada pelos Auditores Fiscais e Técnicos do Tesouro Nacional criada em 1985, foi reestruturada pela MP 1915, de 30.06.1999.

Um dos objetivos da reestruturação era atualizar a remuneração dos cargos, para dotar a Receita Federal de servidores motivados na consecução dos objetivos do Órgão.

Corrigir a tabela é condição imprescindível para a efetiva reestruturação do cargo de Técnico da Receita Federal, sendo questão de justiça, pois não se pode pretender que uma reestruturação de cargo público, levado a cabo para valorizá-lo, no final das contas acarrete redução salarial.

REQUERIMENTO Nº 1786

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao senhor governador do Estado, Jaime Lerner, indagando sobre as condições das rodovias pedagiadas do Paraná.

E notório que após cinco anos de instalação do sistema de pedágios já é possível avaliação consistente buscando compreender o real alcance das medidas adotadas. Entretanto, o que se observa na verdade são protestos das mais variadas naturezas e procedências condenando a atual situação tanto pela ausência de obras prometidas, como pelos preços altos cobrados, onerando a atividade produtiva e a vida dos trabalhadores em geral. Sem falar-se do grave atentado ao disposto Constitucional "do direito de ir e vir".

Tendo em vista este quadro, pretendemos que sejam esclarecidas algumas questões:

a) Quanto foi investido pelas concessionárias nas rodovias para recuperação e melhoria?

b) Quais os resultados práticos de tais investimentos?

c) Não seriam pouco perto da demanda dos que se utilizam do transporte?

d) Por que se dá mais ênfase às obras de aparência, deixando de lado as questões estruturais da estrada?

e) Quanto efetivamente as empresas de pedágio já arrecadaram até a presente data?

f) Quanto gastaram com a administração do sistema?

Sala das Sessões, em 26.06.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1790

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao diretor-presidente do Iapar, Sr. Florindo Dalberto, parabenizando aquela instituição pela passagem de seu 30º aniversário, destacando-se os incontáveis e relevantes serviços prestados à comunidade paranaense.

A referida homenagem se estende também aos seus funcionários, os quais fizeram e continuaram a fazer a grandeza desta instituição.

Sala das Sessões, em 26.06.2002.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

IAPAR

UM POUCO DA HISTÓRIA

Um sonho que se torna realidade

Para uma boa resposta é bom dar asas à imaginação. E tentar imaginar o que teria sido da história recente do Paraná sem o Iapar: o café teria desaparecido? A monocultura da soja teria esgotado a fertilidade dos solos? Teríamos áreas desertificadas pelo processo de erosão dos solos? Teriam os produtores desistido de plantar trigo? Estariam os rios e córregos contaminados pelo excessivo uso de agrotóxicos? Os consumidores viveriam sob o risco de ingerir alimentos com resíduos de veneno? Haveria mais concentração de terras? O que teria sido da agricultura familiar? Paraná e São Paulo teriam ainda barreiras sanitárias impedindo o trânsito de citros? A Região Noroeste teria opções de plantio para renovação de pastagens? A Usina de Itaipu estaria assoreada? O feijão resistiria ao ataque de pragas e doenças? Teria o Paraná diversificado sua economia se a agropecuária estivesse falida? Qual teria sido a trajetória da agricultura, dos agricultores e da nossa economia? Resposta: O Paraná é o que é porque tem um agronegócio forte, pujante, vigoroso. E nisso tem o “dedo” do Iapar que, nos seus 30 anos de existência soube responder aos desafios e cumprir um papel estratégico e decisivo no desenvolvimento do Estado.

O Iapar é tributário da garra do povo paranaense. Foi criado no começo da década de 70 por iniciativa de lideranças políticas, empresariais e agropecuárias do Norte do Paraná que enxergavam longe, tinham visão de futuro e ideais transformadores: entidades como a Sociedade Rural do Paraná e homens como Celso Garcia Cid, Francisco Sciarra, João Ribeiro Júnior, João Milanez, Marcos Vinícius Pratini de Moraes. Lutaram pela instalação do Iapar porque, já naquela época - final dos anos 60 e início dos 70 - entendiam que a fertilidade da terra roxa produziria ainda mais frutos com suporte amplo e organizado da ciência e tecnologia.

Não era um sonho difuso. Eles sabiam o que queriam e como queriam. E não queriam para si, apenas. Se era bom para Londrina e região, tinha que ser bom para o Paraná, beneficiar o Brasil. Generosidade que transborda, característica deste povo.

Fruto desse ideário, o Iapar emergiu como instituição moderna e diferenciada, rompendo com os padrões convencionais do setor público. Seus projetos englobam equipes multidisciplinares e estrutura matricial, e primam pela estreita vinculação com o setor produtivo. Assim surgiu o Instituto Agrônomo do Paraná, instituído pela Lei Estadual nº 6.292, de 29 de junho de 1972.

O QUE O IAPAR JÁ FEZ?

Conheça alguns resultados - mais que concretos - gerados pelo Instituto Agrônomo do Paraná

Manejo de Solos e Água

Quem passa de avião sobre o Paraná jamais esquece. O campo paranaense dá um show de cores e textura, tudo recortado em caprichosos arranjos geometricamente disposto ao longo das bacias hidrográficas. Parece até uma pintura, coisa de artista, mesmo. Mas não, é agricultura moderna, que respeita o ambiente.

São curvas de nível, estradas rurais adequadas, plantio direto, adubação verde. Coisas do Iapar, que ajustou procedimentos técnicos adequados para cada situação de clima e solo do Paraná, e desenvolveu sistemas de manejo de solo e água para a preservação e recuperação de áreas em cultivo, um trabalho destacado inclusive pelo FAO, e que inspirou projetos similares em outros Estados brasileiros e também em vários países da América Latina e África.

Manejo do Cancro Cítrico

O Iapar definiu sistemas de manejo para os pomares de citrus, que permitem a exploração comercial da citricultura mesmo na presença do cancro cítrico.

Foi o que viabilizou a cultura em áreas anteriores interditadas e deu uma nova alternativa de renda aos produtores do Estado e deixou o agronegócio paranaense ainda mais forte: atualmente, há uma grande indústria de suco concentrado no noroeste do Paraná, e outras duas em fase de implantação.

Manejo Integrado de Pragas

O Iapar definiu sistemas práticos de amostragem de pragas em várias culturas. Isso reduziu a aplicação de agrotóxicos nas lavouras, minimizou custos para os agricultores e diminuiu os danos ambientais. Quem ganhou mais? A sociedade!

Café Adensado

O ouro verde voltou no Paraná, depois de quase ter desaparecido do mapa em função da queda de 75 e dos baixos preços. Graças ao Iapar, que desenvolveu o Sistema Adensado de Plantio de Café, viabilizou a cultura para os agricultores familiares e, de quebra, permitiu ao Paraná entrar no clube dos Estados que produzem café de qualidade até para exportação, com sabor bem ao gosto do consumidor que aprecia um bom cafezinho.

Equipamentos para Plantio Direto na Agricultura Familiar

Coerente com a preocupação ambiental a respeito às condições dos produtores, a equipe de engenharia agrícola do Iapar criou o equipamento a tração animal que viabilizam o plantio direto nas pequenas propriedades do Paraná.

Melhoramento Genético

São mais de 1200 novas cultivares de várias espécies: algodão, ameixa, arroz, batata, batata-doce, café, cevada, feijão, maçã, mandioca, milho, nectarina, pêsego, rami, tremoço, trigo, triticale e plantas para pasta-

gens. E também uma nova raça de gado de corte: o Purunã;

Sementes e Mudas

Considerando um dos mais bem estruturados do Brasil, o sistema sementeiro do Paraná tem o suporte do Iapar na pesquisa e produção de sementes básicas de algodão, arroz, feijão, trigo, soja, milho, café, aveia, tricale, adubos verdes e forrageiras, além de mudas de frutíferas e borbulhas de citros.

O QUE O IAPAR VAI FAZER DAQUI PARA FRENTE?

Mais que gerar tecnologia, é preciso atuar em projetos de desenvolvimento rural e na formulação de políticas públicas para o agronegócio

A globalização impõe competição internacional ao agronegócio paranaense. O Iapar está atento e sabe que os novos desafios transcendem a preocupação em gerar tecnologia para produção de alimentos baratos e excedentes para exportação: impõem a preocupação com a geração de empregos e fixação do homem no campo, sustentabilidade das atividades no espaço rural, preservação ambiental e criação de novos e melhores produtos que possam melhorar a qualidade de vida da sociedade como um todo. Por isso, os novos projetos de pesquisa do Instituto têm como premissa:

- entender todos os elos da cadeia produtiva, e não só os referentes à produção;
- gerar inovações para criação de novas atividades no meio rural e enfocar também a utilização não-alimentar do espaço rural;
- atender as novas demandas geradas pelos clientes (usuários e beneficiários): segurança e qualidade alimentar, proteção e monitoramento ambiental, ampliar o uso inteligente dos instrumentos modernos de informação;
- incrementar pesquisas com as novas possibilidades do conhecimento científico: biologia molecular, genética, química fina, máquinas e equipamentos mais eficientes, melhores métodos e tecnologias de manejo e exploração dos recursos hídricos, climáticos e genéticos, tecnologia de alimentos, sistema para a integração planta/animal/solo/ambiente, informática e modelagem.

TAMBÉM HÁ PROBLEMAS

Falta de recursos e redução de funcionários impedem maior contribuição do Iapar para o agronegócio paranaense

Nem só de vitórias vive o Iapar. Hoje, o Instituto tem 960 funcionários, distribuídos entre a sede, pólos e estações de pesquisa. Destes, 130 são pesquisadores (04 bacharelados, 2 especialistas, 67 mestres, 51 doutores e 6 pós-doutorados). Mas o quadro funcional já chegou perto de 1.400 funcionários. O último concurso para reposição de pessoal foi realizado há 10 anos. A situação salarial é crítica. O maior salário de tabela para um pesquisador do

Iapar é cerca de R\$4.500,00 mas o redutor salarial deixa o valor estacionado em R\$2.836,00.

O Iapar também vem sofrendo com as sucessivas reduções do repasse de custeio e de investimentos pelo Tesouro Geral do Estado. O parque de máquina está praticamente sucateado e a estrutura de estações experimentais está comprometida.

REQUERIMENTO Nº 1808

Senhor Presidente:

O deputado Ricardo Chab, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. José Tavares, secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a prorrogação de prazo do último concurso de investigadores, escrivães e aproveitamento dos candidatos.

Sala das Sessões, em 26.06.2002.

(a) RICARDO CHAB

Apoiamento:

Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Algaci Tulio, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Chico Noroeste, Carlos Simões, Antonio Anibelli, Divanir Braz Palma, Valdir Rossoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin, Sérgio Spada, Waldyr Pugliesi, Ademar Traiano, Edson Strapasson, José Maria Ferreira, Durval Amaral, Orlando Pessuti, Serafina Carrilho, Cesar Seleme, Luiz Accorsi, Cezar Silvestri, Marcos Isfer, Edno Guimarães, Pastor Edson Praczyk, Nelson Tureck e Ricardo Maia.

JUSTIFICATIVA:

Em virtude do último concurso de investigadores e escrivães, que foram homologados pelos Decretos 2797/2000 e 2798/2000, ainda são válidos segundo o artigo 37, inciso III, da Constituição Federal, estamos sugerindo o aproveitamento para o preenchimento das vagas já remanescentes.

Outrossim, esclarecemos que a Polícia Militar, através do Edital nº 001/2002, está aproveitando os candidatos suplentes que fizeram o concurso, de conformidade com a Constituição Federal, exemplo este que sugerimos deveria ser seguido pela Polícia Civil, tendo em vista que esta área encontra-se tão carente, além de economizar recursos públicos para o Estado.

REQUERIMENTO Nº 1809

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, do Exmo. Sr. José Tavares, secretário de Estado da Segurança Pública, a construção do Instituto Médico Legal de Londrina.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao seguinte endereço: Secretaria de Estado da Segurança Pública, rua deputado Mário de

Barros, 1290 - Edifício Caetano Munhoz da Rocha, CEP 80530-913 - Centro Cívico, Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 26.06.2002.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

O município de Londrina vem sofrendo com a falta de segurança. Para que a Polícia Científica seja instalada no município é de extrema importância a construção da sede do IML, que atende todo o Norte do Paraná. Com isso, a população tem garantia da segurança, fundamental para a qualidade de vida das famílias dessa região.

É fundamental as melhorias no IML e aparelhá-lo de forma que os atendimentos tenham o sucesso na Justiça e na Polícia.

Como observamos os números abaixo, o IML faz muitos tipos de exames, não apenas os exames de necropsia, como muitas vezes é imaginado pela grande maioria da população.

Exames realizados pelo Instituto Médico Legal de Londrina, entre os anos de 2000 e 2001

Nº	Tipo	2000	2001
1	Ato Libidinoso	119	125
2	Complementar de Sanidade Física	208	335
3	Conjunção Carnal	175	183
4	Dependência Toxicológica	72	73
5	Dosagem Alcoólica	237	336
6	Histopatológico	237	336
7	Identificação Humana pelos Arcos Dentais	27	10
8	Informações Complementares	24	14
9	Interdição	26	43
10	Lesões Corporais	2428	2396
11	Necropsia	500	585
12	Odontológico	81	80
13	Outros (ossada, exumação, ex-indireto, avaliação psiquiátrica)	136	28
14	Parecer Médico Legal	13	7
15	Pesquisa de Espermatozoides	69	53
16	Sanidade Física	1132	247
17	Sanidade Mental	69	86
18	Toxicológico (maconha, cocaína, cola de sapateiro, thinner)	1042	1347
	T O T A L	6388	5951

REQUERIMENTO Nº 1818

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao senhor governador do Estado e à secretária de Estado da Educação, Alcyone Saliba, solicitando as seguintes informações:

- 1) Por que as APAE's não têm recebido recursos para manutenção de suas atividades?
- 2) Qual a política da SEED/PR no âmbito da educação para portadores de necessidades especiais?
- 3) Quais as razões pelas quais a Secretaria de Educação não tem cumprido sua parte no convênio que estabelece amparo técnico e financeiro às APAE's e outras entidades que desenvolvem atividade junto aos portadores de necessidades especiais?
- 4) Indicar melhores esclarecimentos acerca do processo de "inclusão" ora em andamento no referente à educação especial;
- 5) Por que a SEED não tem disponibilizado pessoal junto às APAE's para que exerçam suas funções tão meritórias?

Sala das Sessões, em 26.06.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1819

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e legais REQUER, seja enviado expediente ao senhor secretário especial da Habitação e presidente da Cohapar, ao senhor secretário de Estado da Agricultura e ao senhor governador do Estado, solicitando as seguintes informações:

- 1) quantidade de Vilas Rurais construídas nos últimos 07 (sete) anos;
- 2) valores financeiros investidos no projeto como um todo, e em cada projeto individualmente; indicar ainda a origem do financiamento;
- 3) esclarecimentos acerca do projeto que inicialmente se destinava como alternativa de moradia e subsistência para os trabalhadores rurais, tendo passado à alternativa de geração de renda;
- 4) indicar sobre a possibilidade técnica de subsistência familiar em projetos cuja medida é equivalente a 5 (cinco) mil metros quadrados;
- 5) indicar ainda se existem projetos de "urbanização" das vilas rurais, e quais as razões e vantagens;
- 6) explicar sobre a existência de pedidos por parte dos "vileiros" para solução de seus problemas e em que situação se encontram.

Sala das Sessões, em 26.06.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1820

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais e legais REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente à senhora reitora nomeada da Unespar, Dra. Sâmia Saad Gallotti Bonavides, solicitamos as seguintes informações:

1) volume de recursos existentes para implementação da Unespar;

2) se a Unespar já tem sede própria, em caso afirmativo, se a sede foi construída ou reformada com recursos do Tesouro Estadual, indicar ainda a quantia de gastos realizados na compra, reforma e equipamentos;

3) indicar ainda a fonte de recursos e sua previsão na LDO e na Lei Orçamentária Anual, que atendam os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal;

4) indicar se o dispositivo da Lei nº 13.283/2002 determinando a participação da comunidade universitária de cada Instituição que congregará a Unespar, na elaboração dos estatutos, regimento, plano de desenvolvimento institucional e pedagógico está sendo efetivada, fazendo anexar documentos comprobatórios;

5) indicar se a entidade conta com assessoria externa; em caso afirmativo, expor as razões para a contratação e qual o procedimento existente na lei de licitações foi adotado para o procedimento, assim como os custos, cópia de contratos, fonte de recursos, documentos produzidos.

Sala das Sessões, em 26.06.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1810

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja endereçada correspondência ao ministro de Estado da Saúde, Exmo. Sr. Barjas Negri, solicitando gestões para que seja obrigatória a realização do “teste da orelhinha” em todos os recém-nascidos no país, bem como o custeio desse exame pelo Sistema Único de Saúde.

Em cada 1000 recém-nascidos, 2 a 6 apresentam algum tipo de perda auditiva. É uma incidência muito alta, se comparada com outras doenças que têm testagem obrigatória assim que o bebê nasce. A fenilcetonúria (teste do pézinho) - 1 em 10.000 nascidos; o hipotireoidismo - 2,5 em 10.000 nascidos e a anemia falciforme - 2 em 10.000 nascidos.

A audição começa a partir do 5º mês de gestação e se desenvolve intensamente nos primeiros meses de vida. Qualquer problema auditivo deve ser detectado ao nascer, pois os bebês que têm perda auditiva diagnosticada cedo e iniciam o tratamento até os 6 meses de idade, apresentam desenvolvimento muito próximo ao de uma criança ouvinte.

O diagnóstico após 6 meses traz prejuízos inaceitáveis para o desenvolvimento da criança e sua relação com a família.

Infelizmente, no Brasil, a idade média de diagnóstico da perda auditiva neurossensorial severa e profunda é muito tardia, em torno de 4 anos de idade (dado de pesquisa do INES, em 1990).

É preciso ter em conta que ouvir é fundamental para o desenvolvimento da fala e da linguagem.

Em razão do exposto, é evidente que essa avaliação deve ser feita em caráter obrigatório nas maternidades brasileiras, garantindo mais saúde à população, melhorando a qualidade de vida das crianças cujo problema de surdez for detectado a tempo de tratamento mais eficaz.

Sala das Sessões, em 26.06.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1826

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário da Casa, seja solicitado ao senhor secretário de Estado dos Transportes, Wilson Justus Soares, a realização, em caráter de urgência dos serviços de alargamento das pontes existentes na rodovia BR-369, no trecho entre Jataizinho e Cornélio Procópio.

Sala das Sessões, em 26.06.2002

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

É função do Estado construir rodovias que ofereçam segurança a seus usuários.

As pontes existentes na BR-369, no trecho acima especificado, são estrelas e constituem-se em “pontos negros” do tráfego.

Em se tratando de pontes de vãos curtos, que exigirão poucos recursos financeiros para as melhorias solicitadas, faz-se mister que a Secretaria determine a realização dos serviços imediatamente.

REQUERIMENTO Nº 1827

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário da Casa, seja solicitado ao senhor secretário de Estado dos Transportes, Wilson Justus Soares, a realização, em caráter de urgência das melhorias nos pontos da rodovia BR-369, em que se dão os acessos às cidades de Jataizinho, Uraí, Cornélio Procópio e Santa Mariana.

Sala das Sessões, em 26.06.2002

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

Embora a BR-369 esteja sob o regime de concessão, ela não recebeu até agora, no trecho de Jataizinho a Santa Mariana, nenhuma melhoria que justifique a alta tarifa que se cobra nas praças de pedágio.

Inúmeros acidentes com perda de vidas, têm ocorrido nos pontos referidos.

Torna-se portanto, urgente, as melhorias nesses “pontos negros” de tráfego.

REQUERIMENTO Nº 1825

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, vêm perante V. Exa. REQUERER a concessão de prazo suplementar, *ad referendum* do Plenário, de mais 120 dias, para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial de Investigação - Ensino Superior.

Tal requerimento funda-se na necessidade de que a referida Comissão, necessita de maior prazo para a conclusão dos trabalhos de investigação já iniciados e que estão em vias de obterem resultados.

Sala das Sessões, em 26.06.2002

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

REQUERIMENTO Nº 1779

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento da senhora Delminda Petersen Haag, ocorrido no dia 24 de junho de 2002, na cidade de Ivaiporã.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos filhos Lindomar, Lindamir e ao genro Valmir Hort, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Tancredo Neves, 3430- CEP 86870-000- Ivaiporã- PR.

Sala das Sessões, em 26.06.2002

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1792

Senhor Presidente:

O deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor Manoel Querino do Nascimento, aos 73 anos de idade, ocorrido no dia 21.06.2002, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 26.06.2002

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Manoel Querino do nascimento, nascido em 26.01.1929, no município de Campo Largo, de origem humilde, passou parte de sua infância e juventude, na lavoura, casando-se aos 21 anos com Catharina Querino do Nascimento, deixando o campo para trabalhar em olarias e posteriormente passou a trabalhar na Prefeitura Municipal de Curitiba, aposentando-se após 22 anos de trabalho no cargo de fiscal.

Após seus 52 anos de casamento, deixou uma grande família: 08 filhos, Benedito Carlos, Ivonete, Ole-

vir, Rubens, Ivone, João, Sandra e Marília; 12 netos e 3 bisnetos, foi um homem simples, mas conseguiu dar uma boa educação a todos os filhos, e deixou também a lição de vida que achava mais importante que é a honestidade, dignidade e respeito.

Manoel Querino foi um esposo e pai dedicado, amigo leal, um exemplo de cidadão, gozava de grande respeito e carinho por todos os seus familiares e amigos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abala a família de Manoel Querino do Nascimento, enviando votos de profundo pesar para a senhora Catharina Querino do Nascimento e filhos, à Rua João Scuissato, nº 410- Santa Quitéria- CEP- 80.310-310- Curitiba- Pr.

REQUERIMENTO Nº1802

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família do senhor Franklin Leandro da Cruz Gonzaga, pelo seu falecimento no dia 23 de junho de 2002.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente ao seguinte endereço: Rua Jonas Serrano nº 785- bairro Quebec, CEP 86060-220- Londrina- PR.

Sala das Sessões, em 26.06.2002

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

REQUERIMENTO Nº 1824

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa, sejam endereçados votos de pesar, pelo falecimento de Franklin Leandro da Cruz Gonzaga, falecido aos vinte e três anos, requer outrossim, sejam os votos de pesar endereçado à mãe do rapaz, senhora Gilda Gonzaga.

O açougueiro Franklin Leandro da Cruz Gonzaga foi transferido no dia 19 de junho da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) da Santa Casa de Londrina para a mesma unidade de Hospital Evangélico de Curitiba, com queimaduras graves em mais de 70% do corpo.

O sepultamento aconteceu dia 24 de junho, no Cemitério Jardim da Saudade, em Londrina.

À família enlutada desejamos a proteção de Deus, para que encontrem conforto nesse momento de profunda tristeza.

Sala das Sessões, em 26.06.2002

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1783

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Ses-

são de hoje, votos de congratulações aos senhores Gelson Ailton Gil, Regiane de Oliveira Andreola e Maria Aparecida Satini Zanata, por ocasião de sua posse como coordenador geral, secretária geral e tesoureira, respectivamente para o biênio 2002/2003, no Centro de Direitos Humanos de Londrina/PR, a ser realizada no dia 26 de junho de 2002.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos senhores Gelson Ailton Gil, Regiane de Oliveira Andreola e Maria Aparecida Santini Zanata, por meio de correspondência a serem encaminhadas ao Centro de Direitos Humanos de Londrina, Rua Rio Grande do Norte, 1058- fundos- CEP 86-026-490 em Londrina-Paraná.

Sala das Sessões, em 26.06.2002

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1784

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações aos senhores membros da Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo da Associação Comercial e Industrial de Cascavel - ACIC, por ocasião de sua posse para o biênio 2002/2003, a ser realizada no dia 26 de junho de 2002.

Requer ainda que do presente se dê ciência à Diretoria da Associação Comercial e Industrial de Cascavel, por meio de correspondência a ser encaminhada à Av. Toledo, 247 CEP 85.810-230- Cascavel-Paraná.

Sala das Sessões, em 26.06.2002

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1787

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente com votos de congratulações ao 13º Batalhão de Infantaria Blindado.

Neste ano, o 13º BIB - Batalhão de Infantaria Blindado - completou 79 anos de criação.

Durante este tempo, passaram pela organização militar, vários filhos de nossa terra que aprenderam a defender a pátria e tornar-se cidadãos agentes do bem comum, do respeito e da soberania do nosso País. A todos os que compõe a estrutura, através do Cel. comandante Flávio Marcondes Júnior, nossos parabéns pelo grande trabalho realizado e votos de sucesso em seu objetivo.

Sala das Sessões, em 26.06.2002

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1788

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, seja registrado nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Clevelândia, em comemoração ao aniversário de 110 anos de emancipação política do município, a ser comemorado em 28 de junho de 2002.

Do aprovado requer ainda, se dê ciência ao prefeito municipal de Clevelândia, senhor Vanderlei Luiz Spinelli Valério, parabenizando-o também pela brilhante admiração e à Câmara Municipal de Clevelândia, em nome de seu presidente, vereador Ricardo Alexandre dos Santos Maciel, no endereço: Prefeitura Municipal de Clevelândia, Praça Getúlio Vargas, 71 CEP 85.530-000- Clevelândia- PR

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 26.06.2002

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O município de Clevelândia está situado na região de Palmas que, historicamente, foi percorrida pelos sertanistas à procura de um caminho que melhorasse a vazão do comércio de tropas pelos idos de 1839. Primitivamente habitada por indígenas e posteriormente por colônias militares, que foram criadas para defesa do território brasileiro de argentinos e paraguaios, Clevelândia teve seu início em um alojamento provisório de soldados que com o tempo foram se transformando em habitações definitivas. Criado através da Lei Estadual nº 28, de 28 de junho de 1892, sancionada pelo presidente do Estado, Francisco Xavier da Silva, no alvorecer da República foi criado o município.

E é por este motivo que nesta data o deputado Augustinho Zucchi, congratula-se com a administração municipal, bem como, toda a população clevelandense, comemorando os 110 anos de aniversário desse importante município que é um capítulo à parte na história do Paraná, dado a sua história, dado a sua história e tradição e sua relevante contribuição na agropecuária paranaense.

REQUERIMENTO Nº 1815

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de votos de congratulações à 3ª Igreja do Evangelho Quadrangular de Curitiba, pelos seus 46 anos de fundação na pessoa da sua titular, pastora Odá de Castro Peçanha, bem como seja remetida cópia da presente à mesma para seu conhecimento.

Sala das Sessões, em 26.06.2002

(a) FERNANDO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1816

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos anais desta Casa, de voto de congratulações a Coordenadoria Estadual dos Grupos

Missionários de Mulheres da Igreja do Evangelho Quadrangular no Paraná, pela realização do Congresso Estadual de Mulheres Quadrangulares, na pessoa da pastora Eliane Hudzinski, bem como seja remetida à mesma, cópia deste expediente.

Sala das Sessões, em 26.06.2002

(a) FERNANDO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

No último dia 16 de junho do corrente, Foz do Iguaçu sediou o Congresso Estadual de Mulheres Quadrangulares, congregando milhares de mulheres evangélicas do Paraná com a participação de mulheres que se destacam em diversas áreas de atuação, como a vereadora pastora Débora Domingues Soares, do município de Pontal do Paraná.

Pela realização desse importante evento e pelo êxito alcançado, debatendo-se na ocasião assuntos dos mais relevantes para a nossa sociedade, como os problemas sociais e o fortalecimento da família, formulamos o presente diante da fundamental contribuição do encontro e dos participantes na busca de uma melhor integração da comunidade paranaense em busca do bem-estar social.

REQUERIMENTO Nº 1812

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam registrados nos Anais desta Casa, votos de louvor ao juiz Rui Muggiati, da Vara de Execuções Penais de Foz do Iguaçu.

O doutor Muggiati há muito vem trabalhando junto aos detentos que cumprem pena ou aguardam julgamento na cidade. Como juiz corregedor da Cadeia Pública de Três Lagoas, foi fundamental na manutenção da segurança, conduzindo negociações que evitaram rebeliões e fugas em massa.

Também batalhou pela implantação da Vara de Execuções Penais (VEP) da qual é titular, para acompanhar o cumprimento e evolução de penas.

Sua atuação nesta nova função segue os mesmos parâmetros das demais já exercidas pelo juiz: respeito ao ser humano justiça e diálogo.

A presente proposição tem por objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, tornar público o reconhecimento dos paranaenses a quem de modo meritório, trabalha em favor do engrandecimento do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 26.06.2002

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 1813

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam registrados nos Anais desta Casa, votos de louvor ao delegado-chefe da 6ª Sub-

Divisão Policial, Hamilton Cordeiro da Paz, de Foz do Iguaçu.

O novo delegado vem imprimindo um novo ritmo de trabalho e de ações no combate à criminalidade na cidade. Os resultados positivos já são visíveis e essa nova postura além de fortalecer a instituição policial ainda dá mais segurança para a população da fronteira.

A presente proposição tem por objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, tornar público o reconhecimento dos paranaenses a quem de modo meritório, trabalha em favor do engrandecimento do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 26.06.2002

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 1814

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam registrados nos Anais desta Casa, votos de louvor ao comandante do 14º Batalhão de Polícia Militar, Tenente Coronel Nelson João Cazolli, de Foz do Iguaçu.

O comandante, apesar de ter assumido o Batalhão há pouco tempo, já imprimiu um novo ritmo de trabalho e de ações no combate à criminalidade na cidade. Os resultados positivos já são visíveis e essa nova postura além de fortalecer a instituição policial ainda dá mais segurança para a população da fronteira.

A presente proposição tem por objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, tornar público o reconhecimento dos paranaenses a quem de modo meritório, trabalha em favor do engrandecimento do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 26.06.2002

(a) SÉRGIO SPADA

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica acrescida alínea "i", ao inciso II, do artigo 2º, da Resolução nº 55, de 03 de outubro de 1983, que estabelece dotação consignada no Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, destinada à subvenção Social, será aplicada por indicação dos senhores deputados, com a seguinte redação:

"Art. 2º -.....

I -.....

II -.....

i) pagamento de bolsas de estudo para alunos matriculados em instituições públicas e privadas de ensino superior".

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.06.2002

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Sendo a educação dever do Estado e direito do cidadão, ela visa proporcionar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Contudo, o cidadão só terá efetivado o seu direito à educação se houver igualdade de condições para o acesso e, principalmente, permanência nas instituições escolares desde o ensino fundamental até a Universidade.

Cabe ao Estado garantir ao cidadão paranaense o acesso aos níveis mais elevados do ensino, conforme preceitua o inciso V do artigo 179 da Constituição Estadual.

Estamos apresentando a presente proposta de lei, criando a possibilidade da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná repassar aos estudantes recursos para que eles possam continuar cursando as nossas instituições de ensino superior.

Através desta proposição pretendemos proporcionar aos estudantes universitários tornar realidade o sonho de cursar uma universidade, melhorar sua qualidade de vida e conseqüentemente, de toda a comunidade que se beneficiará de sua formação profissional.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 475/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Estadual para o Programa de Desenvolvimento do Extremo Noroeste do Paraná, com o objetivo de financiar planos, programas, projetos e atividades voltados ao desenvolvimento integrado e através das municipalidades paranaenses, que margeiam o Extremo Noroeste, e de agentes da administração direta e indireta do Poder Executivo.

Parágrafo Único - Este Programa abrangerá os seguintes municípios: Nova Londrina, Loanda, Querência do Norte, Diamante do Norte, Itaúna do Sul, Portorico, Planaltina, Amaporã, Santa Izabel do Ivaí, Santa Cruz do Monte Castelo, Terra Rica, Marilena e São Pedro do Paraná.

Art. 2º - Pronoroeste será constituído:

I - pelo aporte de recursos assegurados, nos termos da Constituição Federal e legislação federal, ao Estado do Paraná;

II - pelos rendimentos provenientes da aplicação dos recursos do Pronoroeste no mercado financeiro;

III - pelo aporte de recursos do Governo Federal;

IV - pelos recursos oriundos da gestão de Fundos de Pensão de Servidores Estatutários de municípios do Pronoroeste;

V - pelo vínculo dos municípios do Pronoroeste ao fundo do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Governo Federal - Prodetur;

VI - de outras receitas eventuais.

Art. 3º - O Pronoroeste será administrado através de um Conselho de Administração, composto por dez integrantes e coordenado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - Seplan.

§ 1º - O Conselho de Administração será integrado por:

- um prefeito municipal representante do Conselho de Municípios do Noroeste do Estado, que será o presidente;

- um representante da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, que ocupará o cargo de secretário geral;

- um representante da Secretaria de Estado da Fazenda;

- um representante da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio;

- um representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano;

- um representante das Associações Comerciais e Industriais dos municípios integrantes do Pronoroeste;

- um representante das Câmaras Municipais de Vereadores dos municípios integrantes do Pronoroeste;

- um representante das Sociedades Cooperativas Agrícolas com abrangência territorial nos municípios integrantes do Pronoroeste;

- um representante da Universidade Estadual de Maringá - UEM e da Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí - Fafipa.

§ 2º - Competirá à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral prover o necessário apoio logístico para a atuação do Conselho de Administração.

§ 3º - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas na Capital do Estado ou municípios integrantes do Pronoroeste, convocados pela Presidência e Secretaria Geral ou por 1/3 dos integrantes do referido Conselho.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Especial até o limite de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), destinados a viabilizar as transferências de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Estado - FDE para o Pronoroeste, através de uma atividade orçamentária, servindo como recursos para a respectiva cobertura, quaisquer das formas especificadas no parágrafo primeiro do artigo 43 da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 5º - A administração do Fundo Estadual para o Programa de Desenvolvimento do Noroeste do Paraná,

competirá preferencialmente pela Agência de Fomento, com abrangência territorial nos municípios integrantes do Pronoroeste.

Art. 6º - O Poder Executivo aprovará, por decreto, a regulamentação do Fundo Estadual para o Programa de Desenvolvimento do Noroeste do Paraná - Pronoroeste, num prazo de 90 dias a contar da vigência desta lei.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo promover desenvolvimento do Extremo Noroeste do Paraná de diversas maneiras, entre elas através da exploração dos seus grandes recursos naturais por meio do turismo ecológico.

O ecoturismo é um importantíssimo instrumento do desenvolvimento sustentável preconizado por todos, e deve ser explorado principalmente pelos municípios ricos em potencial natural como os do Extremo Noroeste, onde se encontram remanescentes significativos de incríveis matas, com florestas exuberantes e rios que permitem a prática entre outros do trekking e da canoagem, respectivamente, atividade de ecoturismo que podem trazer muitas divisas, não só para as empresas turísticas mas para o comércio local, como dito.

A implantação destes objetivos exige por óbvio ações e estratégias apropriadas, como regulamentar esta atividade mediante leis, capacitar o pessoal, trocar experiências entre os setores envolvidos, desenvolver métodos de avaliação e acompanhamento com pesquisas estatísticas e levantamento dos problemas, aprimorar a qualidade dos serviços, implantar estruturas condizentes, fazer divulgação e ainda proceder planos de educação ambiental aos envolvidos, ecoturistas e a população. O próprio ecoturismo está se diversificando, tanto que já se fala em ecoturismo de aventura, lazer, esportivo. Neste último temos trekking, rafting, bóia-cross, escalada, mergulho livre, cavernas, canoagem, bicicross, balonismo etc. Evidentemente, todas estas atividades que compõe o ecoturismo são geradoras de empregos e empreendimentos, como hotéis, pousadas, restaurantes, comércio em geral entre outros, o que é de suma importância no desenvolvimento de uma região.

PROJETO DE LEI Nº 476/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As atuais Instituições Estaduais de Ensino Superior situadas em Cornélio Procópio, Campo Mourão, Paranaíba, Jacarezinho, Paranaguá, Apucarana, União da

Vitória, Curitiba, ficam transformadas em Centros Universitários.

§ 1º - No prazo de até trinta dias o Chefe do Poder Executivo constituirá Comissão Especial em cada entidade, composta por representantes de toda comunidade universitária local para elaboração dos documentos e procedimentos necessários para a transformação indicada no *caput* do artigo 1º.

§ 2º - O Conselho Estadual de Educação indicará um representante para acompanhar as atividades enumeradas no parágrafo anterior.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 13.283/2001 e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

As disposições da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional indicam a possibilidade de constituição de núcleos universitários na modalidade de Centros Universitários, com autonomia didática, administrativa, pedagógica e financeira e que atendem às necessidades das instituições estaduais de ensino superior.

De outra, a complexidade de uma Universidade multi-campi aliada à diversidade das situações sócio-políticas regionais tornam o modelo baseado no gigantismo totalmente extemporâneo.

O presente projeto de lei, por outro lado, atende os reais anseios das comunidades universitárias com longa tradição e que merecem do governo e do Estado todo apoio em seu processo de organização em benefício da sociedade paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 477/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído oficialmente o rodeio crioulo como um dos componentes da cultura popular paranaense.

Parágrafo Único - Estende-se como rodeio crioulo o evento no qual se desenvolvem a prática e a demonstração de atividades da cultura gaúcha, compatíveis com as suas tradições e folclore, sejam de cunho campeiro, artístico ou desportivo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.2002.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná é um dos Estados em que mais se cultuam as tradições gaúchas no Brasil, depois do Rio Grande do Sul, de uma forma quase espontânea.

Os paranaenses têm em suas raízes, o tropeirismo, a influência nativista da música, do folclore da dança e da cultura, dos costumes, da comida e do traje.

O rodeio crioulo é uma dessas influências já enraizadas em meios aos costumes do nosso Estado, se constituindo em um dos eventos mais populares e tradicionais, principalmente nas regiões Sul, Sudoeste e Oeste.

Além de retratar e manter a tradição cultural do sul do Brasil, o rodeio crioulo, favorece no fluxo de turistas, quando da sua realização.

PROJETO DE LEI Nº 478/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar a Prefeitura Municipal de Cafelândia, um lote urbano nº 13-A da Quadra nº 44, com área de 850,00m², e a edificação nele existente, com uma área construída de 167,20m², situado naquele município, devidamente matriculado sob o nº 5.533, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Corbélia.

Parágrafo Único - A doação do imóvel a que se refere o “*caput*” deste artigo, deverá ficar gravada com cláusula de impenhorabilidade e inalienabilidade, devendo o imóvel ser utilizado exclusivamente para abrigar as instalações da Câmara Municipal, não podendo ser dada outra destinação, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direito ou ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.06.2002.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Objetiva o presente projeto de lei autorizado o Poder Executivo a doação do imóvel constante do lote urbano nº 13-A da Quadra nº 44, com área de 850,00m², e uma área construída de 167,20m², para o município de Cafelândia.

Convém salientar que neste imóvel já existe uma obra construída pela Prefeitura Municipal de Cafelândia, onde funcionava a Agência de Rendas daquele município.

Por outro lado, o município necessita com urgência de uma edificação com as mesmas características da obra já existente no citado imóvel, para abrigar as instalações da Câmara Municipal! Desta forma, esperamos contar com o devido apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis, ao referido projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 479/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, no município de Santa Helena.

Parágrafo Único - Serão mantidos os atuais cursos do currículo universitário da extensão do Campus de Marechal Cândido Rondon, localizado no município de Santa Helena, com possibilidade de instalação de outros cursos de acordo com planejamento da Unioeste.

Art. 2º - Autoriza o Poder Executivo a abrir novos créditos suplementares de dotação orçamentária destinada à Unioeste, no sentido de custear a criação e implantação de novos cursos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.06.2002.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Buscamos com o referido projeto de lei, criar no município de Santa Helena o Campus da Unioeste, em razão de que neste município já existe uma extensão do Campus de Marechal Cândido Rondon.

Por se tratar de matéria de elevado cunho educativo, pedimos o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, à proposta que ora apresentamos, cumprindo-nos contar o altíssimo interesse público intrínseco ao projeto e os benefícios que certamente atingirão os estudantes paranaenses que futuramente, através dos ofícios de suas carreiras engrandecerão o desenvolvimento do nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 480/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Terra Roxa, o lote nº 5 da quadra nº 11, do loteamento denominado Terra Roxa d'Oeste, subdivisão do lote originário nº 16 e das chácaras 12, 13, 218, 219, 220 e 221 (parte do lote originário nº 18), da Gleba nº 1, Colônia “0”, Barra Maracajú, com área de 675,00 m², com a edificação nele existente, situado naquele município, devidamente matriculado sob o nº 3494 do livro 3-D, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guairá.

Art. 2º - A doação do imóvel a que se refere o *caput* deste artigo, deverá ficar gravada com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, devendo o imóvel ser utilizado exclusivamente para ampliação e reformulação do posto de saúde, não podendo ter destinação diversa, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.06.2002.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Objetiva o presente projeto de lei autorizar o Poder Executivo a doação de imóvel constante do lote nº 5 da

quadra nº 11, do loteamento denominado Terra Roxa d'Oeste, com área de 675,00 m2 para a Prefeitura Municipal de Terra Roxa.

Convém salientar que com a municipalização da saúde, aquele município está investindo na qualidade do atendimento no posto de saúde existente no referido imóvel.

Por outro lado, o município pretende proceder reformas e ampliações necessárias com as mesmas características da obra que já existe no imóvel citado.

Sendo assim, esperamos contar com o devido apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis, ao referido projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 481/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Recuperação Nova Esperança - Cerene, com sede e foro na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina e representação no município da Lapa, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.06.2002.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

O objetivo do presente projeto de lei é declarar de Utilidade Pública o Centro de Recuperação Nova Esperança - Cerene, que foi constituída em 04 de maio de 1989, tendo sido registrada no Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Blumenau, no livro A-9, fls. 63v, sob o nº 616, em 08.01.90.

Tendo sua unidade na cidade da Lapa, no Estado do Paraná, está estabelecida no prolongamento da Rua Acre, s/n, local Marafigo. Devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 79.372.108/0005-99. Está constituída sob forma de pessoa jurídica de direito privado, a entidade civil, filantrópica e de assistência social, sem fins lucrativos e o prazo de duração é indeterminado.

Dentre os vários objetivos da entidade, podemos constatar alguns de suma importância, como por exemplo: a reabilitação física, espiritual e psíquica de dependentes do álcool, de drogas e congêneres, visando torná-los livres, felizes, capazes, úteis, e readaptá-los à sociedade, auxiliando-os na readaptação e reintegração à sociedade.

Convém salientar que a entidade em questão encontra-se em conformidade com os ditames da lei nº 6994/78.

Diante do exposto, esperamos poder contar com o devido apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 482/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Fundação Universidade do Arenito Caiuá, com sede e foro na cidade de Paranavaí, reunida e interligada à Fundação Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí.

Parágrafo Único - O Poder Executivo, no prazo de até um ano da publicação desta lei, enviará anteprojeto de lei dispondo sobre a forma de incorporação da Fundação Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí e dos mecanismos para a implantação e funcionamento da Universidade que se refere neste artigo.

Art. 2 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.2002.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A grande participação da Fundação Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, em todos os campos da sociedade do município de Paranavaí e em toda a região Noroeste do Estado, mostra a todo o Estado do Paraná a enorme capacidade funcional, material e moral da entidade, para a instituição da Fundação Universidade do Arenito Caiuá em suas dependências e sob sua responsabilidade.

Acompanha esta justificativa um farto material que documenta a necessidade e a potencialidade da criação da Fundação Universidade do Arenito Caiuá, que, temos a certeza, levará grande progresso a toda a região Noroeste do Estado do Paraná.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 483/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As empresas estatais e sociedade de economia mista com controle acionário pertencente ao Estado do Paraná, destinarão mês a mês 1% (um por cento) do Imposto de Renda devido ao Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º - As destinações serão efetuadas diretamente ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - Cedca, órgão gestor do respectivo fundo, obedecendo ao disposto nos artigos 3º e 6º da Instrução Normativa nº 86 de SRF de 26 de outubro de 1994.

§ 2º - O Cedca, órgão responsável pelo controle das destinações recebidas, informará à Secretaria da Receita Federal.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.2002.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

Desde a aprovação da Lei nº 8069/90 - ECA, a União parte da arrecadação do Imposto de Renda, em favor da criança e do adolescente através da criação do incentivo fiscal previsto no artigo 260 e alterações posteriores, autorizando as empresas tributadas pelo lucro real, a depositarem dentro do ano base, até um por cento do Imposto de Renda devido nas contas bancárias dos Fundos controlados através dos Conselhos de Direitos.

Este decerto tem por finalidade obrigar as empresas, cujo controle acionário pertence ao Governo Estadual, a destinar um por cento do Imposto de Renda devido à União, ao Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, através do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente - Cedca, considerando que tal procedimento não acarretará ônus para os cofres estaduais, por tratar-se de mera destinação.

Sendo surpreendente que até a presente data, o Estado do Paraná não tenha tomado a iniciativa de reter os recursos que por força da legislação do Imposto de Renda, são fatalmente desembolsados no cumprimento das obrigações fiscais, pelas empresas estatais e sociedades de economia mista (vide artigo 173, parágrafo 1º da CF/88, artigo 124, parágrafo único do Decreto 2000).

A destinação desses recursos ao Fundo Estadual de Direitos é essencial e inadiável para a continuidade das ações a serem implementadas pelo Conselho de Direitos, no âmbito estadual.

PROJETO DE LEI Nº 484/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Aposentados e Pensionistas Urbanos e Rurais da cidade de Figueira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.2002.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Aposentados e Pensionistas Urbanos e Rurais - AAPURF, com sede e foro na cidade de Figueira - PR, é uma entidade com personalidade jurídica na forma de lei civil, composta com número limitado de sócios, sem distinção de nacionalidade, cor, credo religioso ou político, sem fins lucrativos.

É uma entidade que tem como principal objetivo estabelecer e integrar os aposentados e pensionistas urbanos rurais, fazendo com que ex-colegas de trabalho se aproximem, desenvolvendo um trabalho de arrecadação

de recursos financeiros para atender às necessidades dos associados menos favorecidos, em razão do valor de suas aposentadorias.

Sem dúvida a Associação dos Aposentados e Pensionistas Urbanos e Rurais de Figueira, merece a aprovação da Lei de Utilidade Pública Estadual, pois defende os interesses dos aposentados e pensionistas do município de Figueira.

PROJETO DE LEI Nº 485/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, no âmbito do Estado do Paraná, o Programa Estadual de Bolsa de Estudo, objetivando beneficiar estudantes de situação econômica menos privilegiada e que cursam instituições de ensino superior públicas e privadas.

Art. 2º - O Programa Estadual de Bolsa de Estudo será coordenado e supervisionado pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que promoverá processo seletivo dos candidatos à percepção da Bolsa de Estudo, levando em conta a renda familiar e número de membros da família, entre outros requisitos, que serão regulamentados pelo Poder Executivo.

Art. 3º - A Bolsa de Estudo, de que trata esta lei, terá valor mensal equivalente a dois (02) salários mínimos, para proporcionar a manutenção dos estudantes nos cursos de graduação.

Parágrafo Único - Perderá o direito de percepção da Bolsa de Estudo o estudante que não apresentar desempenho condizente, obedecendo normas e mecanismos a serem regulamentados pelo Poder Executivo, conforme o mencionado no artigo 2º.

Art. 4º - Os recursos para o Programa Estadual de Bolsa de Estudos serão oriundos do Tesouro do Estado e outras fontes, mediante convênios com a União, Municípios, entidades governamentais ou não governamentais, nacionais ou estrangeiras.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.06.2002.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Sendo a educação dever do Estado e direito do cidadão, ela visa proporcionar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Contudo, o cidadão só terá efetivado o seu direito à educação se houver igualdade de condições para o acesso e, principalmente, permanência nas instituições escolares desde o Ensino Fundamental até a Universidade.

Cabe ao Estado garantir ao cidadão paranaense o acesso aos níveis elevados do ensino, conforme preceitua o inciso V do art. 179 da Constituição Estadual.

Estamos apresentando a presente proposta de lei, criando o Programa Estadual de Bolsa de Estudo, imbuído desta garantia constitucional, já que a realidade social diverge bastante do intuito do legislador constitucional. Através desta proposição pretendemos proporcionar aos estudantes universitários tornar-se realidade o sonho de cursar uma universidade, melhorar sua qualidade de vida e conseqüentemente, de toda a comunidade que se beneficiará de sua formação profissional.

PROJETO DE LEI Nº 486/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Maria de Nazaré, com sede e foro no município de Piraquara-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.2002.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores Alto Bela Vista, é uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede e foro no município de Piraquara-PR, sito à Rua São José, s/n - Colônia Guarituba.

Tem por objetivo manter casas para abrigar crianças órfãs, carentes, abandonadas, proteção ao meio ambiente, conscientização das pessoas para aderirem a cultura de justiça, paz e ecologia.

Em anexo, cópia da Ata de eleição de diretoria, estatuto, comprovante do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica e da Lei nº 520/2000, que declarou de Utilidade Pública no município de Piraquara.

PROJETO DE LEI Nº 487/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Núcleo de Criadores de Gado Jersey do Sudoeste do Paraná, com sede no município de Francisco Beltrão-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.2002.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

O Núcleo de Criadores de Gado Jersey do Sudoeste do Paraná, entidade que vem exercendo suas atividades

desde 31 de abril de 1999, visa servir desinteressadamente à coletividade, observando os fins estabelecidos no seu estatuto.

Entre as práticas desenvolvidas pela entidade destacamos as seguintes:

01 - incremento do Associativismo;

02 - capacitação técnica dos produtores;

03 - geração de empregos;

04 - fixação do homem no campo;

05 - estágio nas propriedades de seus associados, via convênio com os Colégios Agrícolas de Francisco Beltrão e Dois Vizinhos;

06 - tecnologia de Produção de leite via pastoreio rotacionado;

07 - treinamento em sanidade animal;

08 - manejo de gado leiteiro;

09 - avanço genético através da Escola de Inseminação Artificial e Central de Transferência de Embriões;

10 - criação da Câmara Agropecuária da ACIAFB;

11 - 1ª Feira da Vaca do Futuro (junto a Fest Sabores 2001);

12 - projeto de realização da I Agro Leite Sudoeste.

Assim sendo, tendo em vista os fatos acima expostos, e para que a entidade possa estabelecer parcerias com órgãos de Assistência Técnica, ONG's, Fundações e Poderes Públicos Municipal, Estadual e Federal, este deputado espera e conta com o apoio dos nobres pares para aprovar o presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 488/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os supermercados de porte médio e grande e os shopping centers manterão veículo motorizado para portadores de necessidades especiais.

§ 1º - Os supermercados de porte médio manterão pelo menos dois veículos motorizados para utilização dos portadores de necessidades especiais.

§ 2º - Para supermercados de grande porte e shopping centers o número de veículos motorizados deve ser no mínimo cinco.

Art. 2º - Os estabelecimentos mencionados nesta lei deverão informar, em locais visíveis, o número de veículos disponibilizados para os portadores de necessidades especiais.

Art. 3º - Fica vedado o recebimento de qualquer benefício tributário estadual quando se observar o descumprimento do disposto nesta lei.

Art. 4º - Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.06.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Norteia esta lei o princípio da igualdade, inscrito na Constituição Federal, artigo 5º, *caput*, que consiste em tratar os desiguais na medida dessa desigualdade. A pessoa portadora de necessidades especiais, com condições de exercer atividades no mercado de trabalho, vem a cada dia conquistando espaço e não se pretende conferir a essa parcela da população qualquer privilégio, mas sim a condição de trabalhar e de poder fazer suas próprias compras em supermercados e shopping centers.

As condições de acessibilidade são essenciais para a efetiva integração do portador de necessidades especiais. O Brasil e o mundo procuram igualdade e a obtenção dessa meta comporta um número infindável de medidas. Com esta lei, procura-se contribuir com a instituição de mais uma política voltada ao portadores de necessidades especiais.

Estabeleceu-se no Brasil a responsabilidade fiscal e essa medida que muito contribuiu para o ajuste das contas de municípios, Estado e União, exige uma segunda etapa, que é a responsabilidade social.

PROJETO DE LEI Nº 489/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o parcelamento em até 120 meses às multas, estadias e guinchos de veículos apreendidos no Detran/PR e DER.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa o parcelamento em até 120 meses às multas, guinchos e estadias de carros no Detran/PR. Este trará benefício tanto para o Detran como para os motoristas pois, com isso o proprietário do carro terá mais chances para pagar a dívida.

Esse projeto desestimulará a inadimplência e viabilizará a retomada da posse dos veículos de muitos profissionais liberais que necessitam em muito de seus carros para conseguirem os seus sustentos e o de suas famílias, e a única maneira dessas pessoas pagarem as dívidas é pelo trabalho obtido por meio de seus carros.

Além desses profissionais liberais, muitas outras pessoas com rendas baixas necessitam de um modo mais justo para pagarem as suas dívidas perante o Departamento de trânsito.

Daí as razões do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 490/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituída a Associação dos Municípios do Extremo Noroeste.

Art. 2º - A Associação será composta pelas seguintes cidades: Loanda, Nova Londrina, Querência do Norte, Diamante do Norte, Itaúna do Sul, Porto Rico, Planaltina, Amaporã, Santa Izabel do Ivaí, Santa Cruz do Monte Castelo, Terra Rica, Marilena e São Pedro do Paraná.

§ 1º - O município de Loanda será a sede da Associação.

§ 2º - O município de Nova Londrina será a sub-sede da Associação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei dispõe sobre a criação da Associação dos Municípios do Extremo Noroeste. Este projeto visa a aproximação dos municípios, formando um vínculo com maior força de atuação para poder representar todos os municípios associados junto a questões administrativas, junto ao governo, enfim, manter uma aliança com grande poder de representação.

Daí as razões deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 491/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os hospitais, casas de saúde, prontos-socorros, hospitais psiquiátricos e demais estabelecimentos hospitalares, públicos ou privados, deverão comunicar à Secretaria da Segurança Pública, o nome e outros dados qualitativos das pessoas desacompanhadas que neles deram entrada em estado inconsciente, perturbação mental ou impossibilidade de se comunicar, por qualquer motivo.

§ 1º - A comunicação deverá ser feita dentro do prazo de 12 (doze) horas, contadas do momento da entrada do paciente no estabelecimento.

§ 2º - Nos casos em que não houver possibilidade de identificação do nome do paciente, a comunicação será feita com o fornecimento dos dados usualmente utilizados para a descrição de pessoas tais como: sexo, cor da pele, cabelos, olhos, altura, peso aproximado, compleição física, idade estimada, eventuais sinais particulares (cicatrizes, queimaduras, tatuagens e outros existentes) e vestes.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em questão busca instituir medidas que facilitem a busca e a localização de pessoas desaparecidas. É sabido que o índice de ocorrências de pessoas desaparecidas em nosso Estado é significativo. Diversas são as causas apontadas: a demora na comunicação do ocorrido às autoridades competentes, ou mesmo a lentidão no processo de identificação das pessoas. Outra causa pode ser a desorganização nos órgãos do Estado que respondem pela relação de cadáveres que dão entrada nesses organismos e sua não comunicação aos órgãos competentes.

Além destas causas um tema tem tomado conta da mídia escrita, falada e televisada: o desaparecimento de crianças e adolescentes.

Neste sentido, informações da Coordenadoria Geral de Defesa Civil e dos Direitos Humanos em Telecomunicações mundial - órgão não governamental, tratam que do ano de 1998 até 2001 foram registrados 1967 desaparecimentos de pessoas no nosso Estado. Dentre essas, 765 são adolescentes e crianças. Muitas são as causas desses desaparecimentos, entretanto, cabe ao Estado a localização e a identificação, pois nos casos das crianças, muitas denúncias dão conta da exploração por terceiros, ou mesmo de uma rede de tráfico de crianças cuidando de adoção, prostituição e venda de órgãos.

Assim, a presente proposição busca enfrentar diversas situações instituindo medidas que facilitem a busca e a localização de pessoas desaparecidas, garantindo a agilidade às autoridades para que os casos de desaparecimento não fiquem sem solução.

Dá as razões deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 502/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Pedro Luiz Boaretto, com sede e foro no município de Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.2002.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Pedro Luiz Boaretto, fundado em 09 de dezembro de 1999, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos e está localizada no município de Cascavel - Estado do Paraná.

Tem por objetivo promover e incentivar a cultura e pesquisa nas áreas científica, sócio-cultural e técnica,

preservação do meio ambiente, do consumidor, do patrimônio histórico e cultural.

Pela importância de seu trabalho, indicado nos documentos em anexo, solicitamos a declaração de Utilidade Pública da Instituição.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados. Ilustre deputado do México, que nos honra com sua presença neste plenário.

O Governo do Estado do Paraná, deputado Waldyr Pugliesi, acredito que está brincando com a inteligência do povo paranaense. Sua Exa. o governador pensa que nós, paranaenses, somos burros. Sua Exa. o governador, presidente Hermas Brandão, brinca com a inteligência do Paraná.

Quando ele manda - através da Copel, nas nossas contas mensais de luz, acoplado um boletim ilustrativo dizendo o seguinte: "A determinação do Governo do Estado e a energia da Copel ajudaram a promover a industrialização do Paraná".

Mente o governador. Ele quis vender e colocar fora a Copel que agora ele enaltece! Mentiroso!

Nesta Casa, todos somos testemunhas, de que o que está escrito aqui é mentira! Ele está usando a energia da Copel, dizendo que industrializou o Paraná e ele defende a Copel.

Segunda mentira do Governador: "Participe da transformação do Paraná e indique no que você gostaria que o governo investisse a poupança de 900 milhões de reais: ações e obras estaduais; apoio à agroindústria; educação, apoio ao pequeno agricultor; saúde; apoio ao pequeno empreendedor; segurança". Para colocar um X no quadradinho ao lado disso que o governador, mentiroso, manda para nós paranaenses!

Ações de obras no seu município. Eu que sou de Ponta Grossa: estrada, habitação, vila rural, saneamento, creches, parques e praças.

Governador mentiroso, o senhor não tem mais tempo para fazer coisa alguma a não ser colocar em dia a sua desordenada atuação como governo deste Paraná, quando agora, no fim, como marmelada na hora da morte, chama os prefeitos, faz convênios para pagar em duas, três, quatro, cinco prestações porque se não o prefeito abandona e vai votar em um candidato a governo da Oposição.

Não podemos admitir, senhores deputados que o governo do Estado use a Copel para mentir ao povo, para mandar a todos nós um questionário mentiroso que não vai ser cumprido! O homem tem dois, três meses de governo, não tem mais do que isso! Ele vai ter que arrumar a Casa porque senão vai ser procurado pela Justiça, por atos que irão ser identificados como aquele lá dos

Jogos da Natureza, da venda do Banestado, da tentativa da venda da Copel, de inúmeros outros, os pedágios do Paraná!

Iremos procurar, realmente, aquele pedido de informações, como este último na tarde de ontem que por mim foi apresentado, para sabermos, da área da educação, o investimento, onde que foi colocado o dinheiro que foi gasto? E a bancada situacionista não deixa passar nenhum pedido de informações para sabermos, deputado Anibelli, como é que está sendo aplicado, onde foi, e apresentar, principalmente, as condições mínimas legais dessa aplicação do dinheiro público.

E agora essa: o “Pinóquio” do Palácio Iguaçu pensa que nós não sabemos qual é a intenção dessa carta-resposta, quando ele queria dilapidar o patrimônio do Estado, vendendo a melhor companhia de energia elétrica deste país e da América do Sul. Mas estamos atentos e vigilantes, senhor presidente e senhores deputados.

Neste final de governo, as pessoas que nos honram com suas presenças nas galerias - fiquem atentas, porque mentiras iguais a esta e outras serão levadas a todo solo paranístico para tentar encobrir o sol com a peneira, como nós que estamos brigando. Aqui presente, está a telefonia que, infelizmente, foi privatizada. Aqui se encontram homens, chefes de família que trabalharam, que emprestaram seu suor e não recebem o dinheiro daquele trabalho efetuado por esses vigaristas do Governo Federal acoplados aqui no Paraná que usem, eles que os usam, que usam dos trabalhos e depois negam pagar os seus serviços. Esse é o governo que aqui está a nível de Brasil e a nível de Paraná.

Esses mesmos vigaristas aqui se encontram usando a Copel que eles queriam destruir! E vocês, outros, que pedem que nós aprovemos as emendas daquele plano que o Governo aqui mandou, também estamos oferecendo algumas emendas e pedidos a vocês que se dirijam aos deputados da base situacionista para que eles, somando conosco, que somos deputados do povo, queremos fazer essas emendas e que sejam aprovadas, e, principalmente, os trabalhos que vocês realizaram pela BrasilTelecom que está tapeando, que seja cumprido e paguem vocês, e vocês tenham a condição que nós desejamos: que é o sustento de suas casas e o engrandecimento não das suas economias, mas da economia do nosso povo paranaense e do sacrificado povo brasileiro.

Muito obrigado, senhor presidente, muito obrigado, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O que me traz à tribuna hoje é um assunto que há algum tempo atrás foi amplamente discutido aqui na Casa e talvez sugerido pelo deputado Algaci Tulio e que

trata exatamente sobre os subempreiteiros da BrasilTelecom Telepar.

Ocorre, senhor presidente que, cento e sessenta e quatro empresas, esparramadas pelo Paraná inteiro, prestaram serviços para a Iecsa GTA Telecomunicações Ltda, que era uma empreiteira da BrasilTelecom Telepar e esta empresa Iecsa GTA Telecomunicações Ltda, teve um problema de ordem financeira e hoje está dando o calote em 164 empresas do Paraná, prejudicando com isso milhares de trabalhadores que trabalharam e que, infelizmente, não receberam pelo suor que derramaram!

Por isso, senhor presidente, nós deputados que naquele momento denunciávamos, através dos deputados Algaci Tulio, Ricardo Chab e outros que se utilizaram desse espaço aqui, a falta de cumprimento no contrato de prestação de serviços entre a Iecsa/SA e os subempreiteiros.

Na sequência, depois daquelas denúncias que foram feitas a Telecom chamou 83 empresários, subempreiteiros e fez um acordo pagando metade da dívida prometendo que, em seguida chamaria novamente, o restante dos subempreiteiros. Isso no mês de maio, ainda, e até hoje o pessoal está chupando o dedo! A empresa Iecsa/SA, uma empresa maiúscula, grande no cenário econômico brasileiro não pode vir aqui no Paraná dar um calote, enganar o povo do nosso Estado, trair os nossos trabalhadores, pessoas que ganham o pão de cada dia com seu suor e seu trabalho! Não podem eles ser vítimas da farsa, do calote e da picaretagem de empresas que vivem sugando os trabalhadores, por este Brasil afora!

Desta forma, presidente, os subempreiteiros da Iecsa/GTA estão acampados na frente da BrasilTelecom, ali nas Mercês, exigindo que essa empresa, que é perita em arrumar problemas no Paraná, porque é campeã em reclamações no Procon, dos usuários do sistema.

Como caiu a qualidade, como piorou a qualidade do sistema de telefonia depois que a Telepar foi privatizada. Esse pessoal da BrasilTelecom precisa ter vergonha na cara, precisa respeitar o povo do Paraná! Precisa respeitar os nossos usuários, precisa respeitar aqueles que, de forma mais sofrida, prestam serviço na ampliação do sistema de telefonia, na implantação das redes, na manutenção, no lançamento de cabos e que estão sofrendo por causa da irresponsabilidade dessa empresa!

Senhor presidente, estou propondo a formação de uma Comissão Especial nesta Casa, para intermediarmos uma negociação entre as 164 empresas que estão recebendo calote da BrasilTelecom, para marcarmos uma audiência, chamarmos o Ministério Público de Defesa do Consumidor, para podermos achar uma solução para esse problema que afeta milhares de paranaenses.

Cada empreiteiro desses possui dezenas de trabalhadores. O calote não é nos subempreiteiros; o calote, o prejuízo é para milhares de trabalhadores esparramados no Paraná inteiro!

Por isso, senhor presidente, quero pedir a V. Exa. para que encaminhemos, ou através da Comissão Perma-

nente desta Casa, de Defesa do Consumidor, ou através de uma Comissão Especial, a intermediação de uma solução para resolver definitivamente o problema dos subempreiteiros da BrasilTelecom, que estão hoje acampados em frente à Telepar, já há algumas semanas e que, infelizmente, não recebem atenção dessa empresa. Trata-os como se não fossem gente, trata-os com desrespeito, como se não fossem pais e mães de famílias, como se não ganhassem dinheiro com o suor sofrido dos seus rostos, das mãos calejadas pelo serviço que enfrentam no dia-a-dia.

Por isso, senhor presidente, deixo aqui esta proposição, para que nós deputados possamos sair em socorro, na defesa dos interesses dos trabalhadores do Paraná, principalmente daqueles que estão aqui na Assembléia Legislativa hoje, dos subempreiteiros, da empresa Icasa/GTA Telecomunicações, que deve aproximadamente oito milhões de reais. Uma quantia irrisória, pequena, se levarmos em consideração o valor que essa empresa arrecada do povo do Estado do Paraná! Ela que pague a sua dívida, ela que acerte com as pessoas a quem ela deve, pare de dar calote, pare de manchar o nome da Telepar, essa empresa que foi construída com as mãos do povo do Paraná e depois de privatizada, foi colocada nas mãos de algumas pessoas que têm manchado o nome dessa empresa e nós não podemos permitir.

Concedo o aparte ao deputado Algaci Tulio.

O Sr. Algaci Tulio

Deputado Nereu Moura, V. Exa. traz para esse Plenário um assunto que estamos debatendo há muito tempo aqui nesta Casa, já com a presença anterior aqui de funcionários, de subempreiteiras, subempreiteiros que têm nos procurado, na tentativa de viabilizar junto à Telecom os entendimentos para que essas empresas possam saldar os seus compromissos perante os seus funcionários.

E, lamentavelmente, parece-me que não há a mínima sensibilidade por parte da BrasilTeleparTelecom, no sentido de resolver essas questões. E o que é que estamos vendo aqui no Paraná, Curitiba e na região metropolitana? O caos no sistema telefônico! Aliás, caos esse que por duas vezes esta Casa tentou tocar à frente com duas CPI's, que foram suspensas por ações da própria BrasilTeleparTelecom, junto à Justiça do Estado do Paraná.

Com isso, não pudemos ir a fundo nas investigações, procurando sem dúvida alguma, buscar a verdade atrás do que está acontecendo na área telefônica, o que está acontecendo hoje em dia. Contrata-se as empreiteiras, elas contratam subempreiteiras, os serviços são realizados e a Telepar, BrasilTelecom não paga, não faz o ressarcimento para as empreiteiras e conseqüentemente, as subempreiteiras também acabam a ver navios.

É lamentável a situação. É necessário que esta Casa dê o respaldo necessário. Nós já temos outras ilegalidades, além da questão da telefonia. Imaginem! Graças a Deus, nós salvamos a Copel de entrar na mesma situação. Estariam quem sabe, aí, hoje, funcionários da Copel,

de empreiteiras que estariam prestando serviço à Copel, na mesma situação.

Assim estão também funcionários da América Latina Logística, que é a que privatizou o ramal ferroviário no Paraná e também desativa ramais ferroviários e conseqüentemente desemprega servidores. Tudo isso é o retrato da situação que está aí, onde a privatização que veio com o discurso de mais empregos e investimentos, na verdade faz totalmente o contrário.

Cumprimento V. Exa. e levo a minha solidariedade aos funcionários dessas subempreiteiras. Vamos fazer aqui esforços, e esta Casa tem por obrigação de fazer isso, no sentido de dar um respaldo e uma cobrança direta à Telecom, para que reveja a situação salarial de centenas, quem sabe milhares de pais de famílias que estão passando necessidades por não receber aquilo que têm por direito.

Muito obrigado.

O Sr. Marcos Isfer

Parabenizo o seu pronunciamento.

Quero deixar claro que esta Casa, por inúmeras vezes, quis investigar a BrasilTelecom, criando CPI's, chegando à conclusão de que eles cobram do povo paranaense muito mais do que lhes é devido. Os serviços não são aqueles programados para serem prestados, não paga aos seus prestadores de serviços que aqui estão. Mas na hora de enviar as contas ao usuário paranaense, envia contas onde consta uma série de itens que não são sequer permitidos por lei. É o caso da cobrança da locação de telefones que deveriam ser devolvidos à população paranaense e que dá mais de 12 milhões de reais, levantados pela CPI. É o caso das caixas de segurança que até hoje não foram implantadas. É o caso dos grampos realizados através das centrais telefônicas. E deixam de pagar aqueles que trabalham!

Vejam que a privatização nos trouxe, sem sombra de dúvida, um mau serviço, de um lado, por conta da empresa; e por outro lado, um abandono dos trabalhadores que realizam o seu trabalho e deixam de receber.

Estamos tendo o pior tipo de privatização. Não temos o bom serviço por parte da BrasilTelecom, que explora e cobra mais caro do usuário, e ao mesmo tempo não paga o seu trabalhador.

Efetivamente está na contramão essa privatização brasileira da forma como é feita. É por isso que o senhor, eu e outros companheiros, nos insubordinamos quando quiseram privatizar a Copel. Sabíamos que fariam o mesmo que foi feito com a nossa Telepar, construída com o dinheiro paranaense, e com a rede ferroviária construída com o dinheiro do povo brasileiro e que hoje não presta serviço a mais ninguém. Muito obrigado.

O SR. NEREU MOURA

Agradeço o aparte do deputado Marcos Isfer, como também do deputado Algaci Tulio, que têm combatido o bom combate, defendendo o povo e lutando pelo povo.

Agora, é um desastre a privatização de serviços essenciais para a comunidade. É um fiasco. O que a Telepar piorou! E o deputado Marcos Isfer lembra muito bem: a BrasilTelecom é perita em mandar cobranças aos usuários. Cobra tudo o que faz e o que não faz, mas não faz o mesmo para aquelas a quem ela deve, para as pessoas que prestam serviços para ela, que são aqueles que estão aí no relento, na chuva, protestando para receber pelos serviços que prestaram para essa empresa.

É muito ruim a privatização. Quando nós aqui lutamos, perdemos a voz gritando pela Copel, sabíamos que o povo iria pagar se a Copel fosse privatizada. Quando passamos a noite inteira aqui brigando com o resto das forças que tínhamos, sabíamos que o povo do Paraná iria pagar caro pela privatização da Copel, assim como está pagando com a Telepar, assim como está pagando com a Ferroeste e assim como está pagando com o Banco Itaú, que pegou de graça o Banco do Estado. O governo Jaime Lerner fez um presente entregando o Banco do Estado de graça para o Banco Itaú.

O Sr. Algaci Tulio

Deputado Nereu, permite mais um complemento, um aparte?

(Assentimento)

Graças a esta Casa aqui, deputado Nereu Moura, que aprovou uma lei exigindo que nas contas telefônicas todas as ligações fossem transcritas uma por uma nas faturas, ainda por ocasião das duas CPI's que travávamos aqui em relação à telefonia, o Tribunal Regional de Porto Alegre acatou uma ação e deu ganho de causa à Lei Estadual, se não estou enganado, nº 15.301 do ano de 2001 aprovado por esta Assembléia que obriga as companhias, concessionárias telefônicas a discriminar nas faturas, ligação por ligação para evitar que continuemos sendo enganados, pagando por pulsos que nem sempre utilizamos, pagando por ligações que nem sempre realizamos.

Pelo menos nisso a Assembléia já marcou um ponto extraordinário, fazendo valer uma Lei Estadual que foi referendada pelo Tribunal Regional de Porto Alegre.

Com isso mostramos mais uma vez que quando esta Casa luta e tem vontade de fazer com que as coisas aconteçam, elas realmente acontecem. Agora, é preciso mais uma vez reforçar esse embate no sentido de fazer com que essa concessionária atenda às subempresas, no que diz respeito ao pagamento dos salários desses funcionários.

O SR. NEREU MOURA

Para concluir, senhor presidente, agradeço o novo aparte do deputado Algaci Tulio e quero concluir dizendo que a BrasilTelecom impediu as CPI's com duas ordens judiciais porque ela tinha medo que grande parte dos seus diretores fossem parar na cadeia por estarem espoliando o povo do Paraná, tentando ganhar dinheiro fácil sem cumprir as suas responsabilidades, assim como ela faz com os empreiteiros que trabalham, que prestam serviços

ampliando a rede de telefonia para dar oportunidade de ela ganhar dinheiro e assim ela faz também com os usuários do sistema no Estado do Paraná.

Somente para livrar da cadeia é que ela entrou na Justiça para impedir que a nossa CPI, que estava investigando as escutas telefônicas ilegais e outros trambiques, não fossem investigados.

Senhor presidente, quero sugerir a V. Exa. que nós criemos uma comissão informal nesta Casa para intermediarmos junto à direção da Telepar, uma solução para o entrave, para o pagamento dos subempreiteiros que estão aí acampados na frente da Telepar e que infelizmente não recebem o respeito e a atenção que merecem.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

No Grande Expediente, com a palavra o deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados; distinta comunidade do nosso querido Estado do Paraná que nos assiste na Sessão de hoje, em especial o nosso companheiro deputado do México que está com uma caravana aqui no Estado do Paraná e que no dia de amanhã estarão fazendo a visita oficial a este Parlamento. Obrigado pela sua presença! (Lê):

Senhores deputados:

No meu despretenso pronunciamento, desejo discorrer sobre algumas das minhas principais realizações ou obras, que ajudei a levar a efeito, primeiramente tecendo algumas considerações a respeito da política.

Começo prestando uma cordial homenagem a todos os senhores deputados, por fazerem deste Parlamento, uma Casa de brilho, de honradez e de trabalho.

É inconcebível aceitar insinuações ou comentários, de que as atividades de um parlamentar, se resumem, somente, em participações das Sessões estabelecidas pelo Regimento Interno da Assembléia.

Elas vão muito além. É evidente que extrapolamos os limites das paredes do plenário. Dizia-me um líder religioso, que seria a mesma coisa que considerar ou medir suas atividades, somente pelos cultos que realiza. Sou testemunha do exaustivo e dedicado trabalho da maioria dos senhores deputados, no dia-a-dia.

Para essa maioria, da qual quero fazer parte sempre, os dias quase se tornam curtos, dada a grande demanda de serviços que se apresentam.

O conceito a respeito dos políticos e da política, segundo o que percebo, ao percorrer minhas bases, parece estar mudando de modo, até, surpreendente.

Há bem pouco tempo, os políticos, na quase sua totalidade, estavam desacreditados. Não só no Paraná, como no Brasil, e por que não afirmar, no mundo inteiro. Infelizmente, nesse sentido, os políticos estavam irmanados planetariamente, segundo a corrente única, proclamada pelos meios de comunicação.

Discutir política, em logradouros públicos, era estimular piadas cruéis ou cair no ridículo.

Quem sabe, não estavam eles, suficientemente preparados, para conviver com o regime democrático, implantado no País.

Mesmo assim, o regime sobreviveu e sobrevive de modo altaneiro e, não correrá, com certeza, mais riscos de fracassar ou arruinar-se.

Apesar de estar ainda, repleto de erros, é o Regime democrático, o melhor de todos os demais.

A falência da política, propagada e levada a efeito por vários setores da sociedade, parece por conseguinte, estar chegando ao seu fim.

Como era fácil, por exemplo, para qualquer cidadão, de maneira genérica, taxar todos os políticos de ladrões, de corruptos ou de outros tantos termos pejorativos, sem o menor constrangimento.

Hoje, percebe-se mudanças e avanços palpáveis nesse sentido.

A sociedade começa a fazer, de modo até espontâneo, distinção dos que fazem do seu dia-a-dia um verdadeiro sacerdócio, daqueles que usam o mandato popular, para buscar benefícios em seu próprio proveito.

Em todos os partidos há uma grande cota de pessoas honestas, por isso mesmo, não se deve e não se pode jamais, generalizar.

Assim como têm políticos desonrados, há também eleitores, graças a Deus, em número pequeno, votando neles.

Da mesma forma, como não se aceita na sociedade maus políticos que só prometem, da mesma forma não é mais aceitável eleitores, que votam nesses candidatos, e depois, ficar de camarote vaiando, o espetáculo que ajudaram a montar, envolvendo, a partir desta irresponsabilidade, os bons, os honestos, os honrados e os dignos representantes populares.

Salomão no capítulo 25 dos Provérbios, comparou os homens que nada fazem ao bem comum e que não fazem o que prometem, com nuvens sem água e com ventos sem chuva.

Para minha alegria e satisfação o cidadão brasileiro, certamente, sob inspiração do alto e por testemunho dos que enobrecem a política nacional, começou a visualizar a urna como abrigo de sua cidadania. Instrumento que pode livrar a sociedade dos que a envergonham. E, esse procedimento, deve ser altamente aplaudido. Parabenizo, portanto, essa sociedade brasileira, honrada, consciente, por sua atenção aos interesses maiores da nação.

Delegar poderes, aos que verdadeiramente trabalham pelo país, é uma forma de purificar e eternizar a democracia brasileira.

Usei dessa argumentação, para chamar atenção dos que generalizam, enquadrando os políticos numa só categoria, pois podem manchar aquilo que às duras custas, foi, e está sendo conquistado, que é o estado democrático.

Registro neste pronunciamento, com ênfase, que sempre exerci a política, como arte de fazer feliz o povo. Procurei promover o bem-estar do povo, invocando, permanentemente, pela bela e boa tradição da família.

Longe está de mim prometer à minha gente o impossível. Ao considerar algo inatingível usei e uso, sem constrangimento, o recurso da franqueza. Repudio-me saber que alguém se serve de artifícios de toda ordem para enganar ou para conquistar, falsamente, o voto de qualquer cidadão.

Por essa razão, orgulho-me de estar há 26 anos na vida pública.

Feitas essas considerações, que julguei interessantes, dado o momento em que vivemos, às vésperas de uma eleição a nível nacional, quero agora, senhoras e senhores deputados, discorrer sobre algumas das principais obras e realizações, que ajudei a levar a efeito.

No plano da Segurança Pública destaco o gratificante resultado que obtive, após longa e incansável peregrinação, na busca de uma solução emergente, que pudesse, efetivamente, devolver a paz ao grande contingente de moradores, que habitavam e habitam na vasta área que margeia o lago de Itaipu.

A Patrulha Rural implantada e designada para atuar, nessa área, no ano de 1995, foi o remédio com efeito imediato.

Posso até dizer aliviado, graças a Deus. A experiência vivida em Marechal Cândido Rondon, pois ali foi lançado oficialmente, pelo governador Jaime Lerner, seguiu-se e hoje é sucesso no Oeste do Estado e difundido em todo o Paraná.

Diz um ditado popular que, “Se a justiça reina, qualquer comunidade floresce”. Essa realidade vivenciei. E ela assim se encontra, florescida. Renascida.

Os dramas vividos por aquela honrada, trabalhadora e digna população, não são fáceis de serem transcritos, dada a crueldade e as ameaças dos marginais que atuavam nessa região fronteira.

Quantas famílias viviam em permanente clima de medo, de intranquilidade, de desespero.

Famílias que não podiam ausentar-se das respectivas residências, por estarem, 24 horas por dia, sob a mira de bandidos. Quando não eram roubados, eram feitas reféns dos marginais. Quantas vezes, uma família toda de agricultores, sob os olhares da mesma, os delinquentes roubavam equipamentos, tratores, animais, automóveis, produtos agrícolas estocados. Entre outros completamente inertes, sem a mínima condição de reagir.

O governo, buscando todos os esforços ao alcance e altamente sensibilizado com instabilidade vivida por aquela população e acatando os veementes apelos deste parlamentar, adotou, graças a Deus, o sistema de vigilância, através do Patrulhamento Rural.

A presença dos policiais no campo, foi redentora.

Posso, com convicção e propriedade, afirmar que não há lei que substitua essa presença física de policiais, sejam eles civis ou militares.

A marginalidade, com essa ação do governo, sentiu-se enfrentada, desafiada, e por isso, evadiu-se.

Voltou a reinar a paz. Ainda existem problemas, registram-se ocorrências, mas em menor intensidade.

Hoje famílias respiram, mais aliviadas, sentem-se protegidas. Por onde tenho passado, com quem tenho conversado, todos têm sido unânimes em afirmar que, agora, podem novamente, viver.

Por ajudar a garantir a tranquilidade e o bem-estar dessas famílias aflitas que têm direito à vida e à segurança, pois é um dever do Estado ampará-las, é que me alegro de tal, modo, que é difícil, para mim, conter a emoção quando lembro dos episódios tristes e horríveis que ocorreram, nessa fértil e extraordinária região.

Colaborei e colaboro, igualmente, e de forma abrangente, com as Polícias Civil e Militar. Alegro-me com a liberação de viaturas, com melhorias dos prédios que abrigam as delegacias, onde atuo como representante, com a melhora do sistema presidiário, com o sistema de informatização, com a integração das corporações, visando, com essas ações, sempre auxiliar na segurança de nossa extraordinária gente paranaense.

No âmbito da saúde, nem tudo que está escrito é aplicável em sua totalidade, pois a Constituição determina que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Contudo, sua aplicabilidade longe está da realidade.

Estou debruçado sobre a saúde pública, pois o tema é de extrema relevância para a população. Permanentemente, acompanho os municípios de minha abrangência política, com o maior esmero possível.

Dedico incansáveis esforços, junto aos responsáveis por essa área, para que o acesso à saúde, seja facilitado, simplificado e ao alcance de todos. Nesse mérito temos muito a fazer e avançar.

Quantos hospitais, postos de saúde, pronto socorro, ajudei construir, desde espaços físicos, até a viabilização de remédios, e de equi04.06.2001pamentos hospitalares.

Como é difícil o acesso ao remédio, a um simples tratamento, ao transporte, à internação! Para o humilde, o pobre, esses acessos são, na verdade, um verdadeiro calvário.

Sou testemunha do adnegado empenho que a maioria das prefeituras direcionam em favor da saúde pública. As equipes formadas por elas, são de extraordinário valor social e na maioria das vezes trabalham no anonimato. Essa legião anônima, cujo trabalho contribui para elevar sobremaneira a qualidade de vida de nosso povo, sempre foi e será merecedora de meu mais alto reconhecimento.

A diminuição dos índices da mortalidade infantil, da mortalidade materna, por exemplo, muito se deve a essas exemplares equipes municipais de saúde.

Considero esse santificado serviço, nada mais, que uma prece silenciosa.

Devotei, igualmente, empenho sem medir esforços ou conseqüências em favor do nosso distinguido e assim

conhecido hospital regional, hoje hospital universitário que paulatinamente vai se consagrando, apesar de todas as deficiências que se apresentam no dia-a-dia.

Pela causa da agricultura minha militância é diária, na obtenção de recursos e visando seu crescimento e melhoria.

Não sei se há terras mais férteis e pródigas do que as do meu exuberante Oeste do Estado. Iguais, muitas; melhores, duvido.

Este Oeste desbravado com coragem, continua, persistindo, com fé e esperança oficiando o milagre da produção.

Os resultados que se conquistam nesse rico solo ajudam e ajudarão, efetivamente, o Brasil a ser um dos líderes de exportação de produtos agrícolas.

Sempre estive presente nesse processo de transformação. Vivo essa realidade, pois aí estão minhas raízes, minha tradição e meus familiares.

Despido de qualquer vaidade, o agricultor oestino, que convive com Deus e a natureza, é exemplo a ser imitado, seguindo.

Sempre estive ao lado deste honrado homem do campo. Sou e serei, permanentemente, entusiasta e solidário com os programas ligados a ele, tais como, a fábrica do agricultor, que ajuda sua renda e também, disponibiliza linhas de créditos ao pequeno e médio produtor; com o programa da agricultura familiar onde através do Pronaf, os agricultores quase em sua maioria são ajudados financeiramente; com o empolgante, distinguido e eficiente Programa Paraná 12 Meses, que além de combater a pobreza do campo, são repassados recursos, a fundo perdido, para execução de obras sanitárias e aquisição de implementos agrícolas; com o programa desenvolvimento através do Banco da Terra, que vai ao encontro de agricultores, que querem, associativamente, melhorar a respectiva qualidade de vida e renda das respectivas famílias.

São esses os incentivos que vão enraizando e dando auto-confiança ao homem que está ligado às atividades do campo.

Como é agradável ver e sentir que há uma sensível melhoria, com esses projetos de apoio e de incentivo! É claro e evidente, não ainda, o suficiente.

Algumas das indagações que costumeiramente eram feitas, agora já podem ser respondidas: se o solo brasileiro é tão rico em matéria de recursos naturais, por que era tão pobre em matéria de política agrícola? Mesmo que acanhadamente há alguns progressos neste aspecto.

Chegava ser irônico, comprar lá fora, por exemplo, o que pode ser plantado aqui dentro, com os recursos que Deus nos deu, como, alho, arroz, algodão, milho, entre tantas outras culturas.

O caminho está sendo escalado. Conquistar novos horizontes e mais ações junto aos governos, federal e estadual, é uma condição que me imponho como deputado, perseguindo incansavelmente melhorias e incenti-

vos para incrementar e valorizar o que é básico na vida de todos, o alimento.

A economia globalizada se move muito rapidamente, por isso, é preciso acompanhá-la, injetando permanentes incentivos e créditos adicionais.

Assim como na Agricultura, na área da Educação são significativos os avanços, que vão sendo implantados, desde a qualidade de ensino, até as melhorias na estrutura física dos respectivos prédios, que abrigam as escolas públicas do nosso Estado.

Consagrei especial atenção ao ensino básico, ao ensino fundamental e ao ensino médio, procurando levar, através de cobrança persistentes, recursos a todos os quadrantes de minha área de abrangência.

Restaurações, construções e ampliações de colégios, foram amplamente garantidas. E, volumosos recursos foram direcionados nesse sentido.

Junto a isso defendi, nesses anos todos, com todos meus recursos ao alcance, a Escola Pública, por ser ela, um dos monumentos que sustentam a democracia brasileira.

Mesmo com todos os seus defeitos, junto com essa instituição está também, a esperança de um país que deverá ser mais justo e solidário, através dela.

Lutar contra a escola pública, é lutar contra o povo e, conseqüentemente, contra a democracia.

Às escolas particulares, também tributo minhas homenagens pela grande contribuição em favor do desenvolvimento cultural do país. Se não fossem as escolas particulares o que seria deste país e do ensino brasileiro?

A escola, portanto, deverá continuar buscando qualidade e eficiência e, esses requisitos só serão preenchidos, se houver essa contínua discussão e reflexão, em torno da melhora do ensino, que envolve pais, professores, estudantes, enfim, a sociedade.

No âmbito do ensino superior, participei e vibrei, com cada conquista alcançada.

Sob a luz divina e de muita inspiração, colaborei subindo, degrau e degrau, para atingir o estágio que se encontra a Unioeste.

A Universidade do Oeste, paulatinamente, vai se consagrado e, está se transformando, em um referencial do Oeste. Entre tantas realizações, ressalto a nossa última conquista, que foi a aprovação do curso de Direito. Com a implantação desse curso, pode-se dizer que a Unioeste nasceu para ser grande.

Nesse particular, sou testemunha de que o Paraná é o Estado que, proporcionalmente, mais investe em Educação Superior.

O gráfico que apresento é a forma mais eloqüente do que estou afirmando: em 1994, foram aplicados na Unioeste, apenas R\$7,3 milhões, comparando-se o que foi repassado em 2002, R\$47,7 milhões, fora estão os valores aplicados no Hospital Universitário. Nas universidades do Paraná em 1994, foram investidos R\$77,2 milhões, serão repassados aproximadamente R\$400 milhões.

Só esse referencial, justifica esse meu entusiasmo e meu incondicional apoio, às Universidades.

A habitação é outro segmento de minha intensa luta. Há uma afirmativa que diz: “O Brasil não é mais um país pobre, mas um país injusto e desigual, com muitos pobres”.

Enquanto belos discursos se fazem para dirimir as desigualdades sociais, lancei-me à luta, na busca de moradias para minha gente.

Banir os artifícios da publicidade e me embrenhar nesse mérito é o que me propus. nada, absolutamente nada, substitui a ação.

Aliei-me aos humildes, pois também nasci num berço humilde, que reverencio sempre por merecerem essa minha parcela de contribuição.

Extraordinários benefícios, então, foram levados até os municípios de minha abrangência política, atendendo essa população com o Projeto Casa Feliz.

Quantas famílias, que não mais sonhavam com sua moradia própria, hoje, emocionadas agradecem essa feliz oportunidade. Inclusive, aquelas contempladas com a extensão de recursos, para os projetos de auto-sugestão. Projeto que também socorreu, inúmeras famílias paranaenses de modo humanitário.

Graças à ação efetiva do Estado, através do governador Jaime Lerner, das Secretarias Estaduais, é que foram possíveis essas realizações, que considero da mais alta relevância social.

Outro projeto que empolgou minha vida pública, é o as Vilas Rurais.

Sou testemunha do quanto esse projeto atingiu seus objetivos.

Fixar na zona rural, o empregado do campo, isto é, perto do seu próprio trabalho, é uma extraordinária conquista. Quem se considerava excluído da sociedade, como por exemplo, o bóia-fria, finalmente, obteve uma oportunidade consagrada.

Se há gente passando fome no campo, de que valem as conquistas espaciais, perguntava-me uma senhora que estava sendo beneficiada com uma casa nesse projeto!

Além da moradia, os habitantes das Vilas Rurais, ainda têm saneamento básico, bem como acesso fácil à Educação e à Saúde.

Não me omiti nunca da responsabilidade de ajudar. O projeto Vila Rural é de extrema relevância social, por isso, considero-o uma solução para erradicação da pobreza no campo.

Mesmo que esta solução seja embrionária, é contudo, um começo.

Também aos pequenos e micro empresários, está se facilitando o acesso a créditos, através do Banco Social.

Na área Social é inegável, igualmente, a transformação nos municípios em que atuo.

Sinto-me um privilegiado nesse sentido, por acreditar que, o que subsiste, não são as riquezas e os bens

materiais, e sim, o bem propagado, enquanto Deus proporcionar o dom da vida.

As creches construídas, o programa da Rua Para a Escola, a qualificação de trabalhadores, o Projeto Piá e tantos outros programas, comprovam, de que houve uma perceptível melhora no âmbito social, nos municípios de minha atuação política.

Associada à cultura, à Educação, à Ação Social, à Saúde, à Infra-Estrutura, está também o Meio Ambiente.

Carrego comigo, a grande preocupação com relação a essa realidade ligada ao Meio Ambiente.

A água, por exemplo, é um recurso limitado, portanto, finito, por isso, deve ser tratado com excessivo esmero e muita seriedade. Não há mais tempo a perder.

Os municípios, como já estão fazendo, devem promover uma ação conjunta, com apoio irrestrito do estado e da sociedade, para defender esse bem precioso e insubstituível, que é a água.

Quantos rios estão pedindo socorro!

Há uma estatística que afirma que o Brasil é detentor de 8% de toda água doce existente no planeta, porém, 80% dessa água está na Região Amazônica. Os 20% restantes, é o percentual disponível que abastece 165 milhões de brasileiros.

Como não se preocupar? Como não se impressionar e se emocionar diante de tal fato?

Os ecossistemas dependem de água. A vida depende da água, por isso, tenho minha parcela de responsabilidade, como também têm os ilustres e honrados deputados desta Casa.

Há uma consciência quase que universal nesse sentido, graças a Deus, mas é preciso investir, mais e mais na qualidade ambiental!

Acima de tudo está a vida. Acima de qualquer Poder, a vida.

Não poderia eu finalizar este pronunciamento, sem falar das rodovias asfaltadas, das estradas vicinais melhoradas, dos trechos de estradas recuperadas, das melhorias urbanas que foram realizadas e idealizadas para os municípios através do Paraná Urbano, mais de 1 bilhão; 3.770 obras desde a pavimentação de ruas e avenidas, como construção de ginásio de esportes, estações rodoviárias, restaurações de praças, barracões industriais, pavilhões de exposições, centros de convivência, capelas mortuárias, quadras de esportes, alguns teatros, entre outras, como a implantação da rede de água e de esgotos e assim sucessivamente.

Não poderia eu, concluir o presente pronunciamento sem dizer que me dediquei, incansavelmente, em favor da cultura de nossa gente bem como restauração e recuperação de cinemas antigos, como exemplo o Centro Municipal de Rio Negro, transformação econômica de nosso Estado, através da industrialização.

Gostaria de assim continuar servindo. Continuar conquistando sempre mais espaços e oportunidades, para prosseguir plantando a semente do bem comum e da Justiça Social.

Sem a vitória desses valores, não há como celebrar a vida, não há como viver plenamente a democracia e não há como visualizar e celebrar a paz.

A política de transformação há de estar sempre presente na vida deste parlamentar.

Infelizmente, sem a política, nada, absolutamente nada, terá prosperidade. Tudo depende dela. A nossa própria, religião, inclusive, depende, de princípios constitucionais, por isso, da política.

O cidadão é convidado, por conseguinte, a participar desse processo de transformação, votando, para cada vez mais, purificar a democracia, regime que a população brasileira escolheu e conquistou, sob a proteção Divina.”

Concedo aparte ao deputado Sérgio Spada.

O Sr. Sérgio Spada

Deputado Élio Rusch, estou acompanhando o seu pronunciamento e dizer que é um privilégio poder dizer do trabalho que está sendo realizado e me congratulo com V. Exa. e sou testemunha viva deste trabalho. Aliás, juntamente com V. Exa. e outros parlamentares, dizer que estamos construindo uma das regiões mais desenvolvidas do Estado do Paraná, e certamente, do Brasil. Temos lá o privilégio de uma terra fértil, bons colonizadores, pessoas aguerridas.

Então, queremos nos somar a V. Exa. e dizer ao Paraná e ao Brasil que estamos cumprindo com o nosso papel, fazendo a nossa política. realmente, aquela região pode ser comparada a uma região de Primeiro Mundo. Lá temos um desenvolvimento com qualidade de vida e muito do trabalho de V. Exa., o trabalho assíduo de V. Exa. em defesa dos interesses do Estado do Paraná.

Parabéns. Obrigado!

O SR. ELIO RUSCH

Agradeço pelo aparte e, como meu tempo está encerrado, deixo de conceder os solicitados.

Peço desculpas e obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Horário das Lideranças do PPS, concedo a palavra ao deputado Ricardo Maia.

O SR. RICARDO MAIA

Senhor presidente, senhores deputados, amigos que nos visitam.

Quero dirigir a palavra aos senhores, porque tem nesta Casa um projeto, de minha autoria, 111/2002, desde o mês de março.

É um projeto que julgo de suma importância para todos nós, como cidadãos do nosso país. Ultimamente tivemos vindo à tona uma discussão sobre o uso e prevenção de drogas, e tivemos uma novela de alcance nacional, de grande audiência, da Rede Globo de Televisão, que trouxe a todos os lares brasileiros a discussão sobre as drogas, em todos os níveis, no nível social mais pobre. mais carente, mais humilde, à classe A, B e C. Há vários

meses este projeto de lei de minha autoria, torna obrigatória a inclusão no ensino público e particular, no nosso Estado do Paraná, como conteúdo do ensino fundamental e médio, da disciplina de prevenção ao uso e ou abuso de drogas ou substâncias causadoras de dependências físicas ou químicas.

Hoje nós temos nas nossas escolas a disciplina de História, Geografia, Matemática, enfim, todas estas disciplinas e eu vejo a importância hoje de nós abirmos, nas escolas a discussão da inclusão dessa disciplina de prevenção do uso de drogas. Por quê?

Porque sabemos que hoje o nível da criança é muito grande. Antigamente tínhamos um tabu em relação a várias discussões, mas hoje não, hoje a criança tem um acesso grande de informação, a Internet, a imprensa, a televisão, um grande alcance para as crianças.

Então, nada mais justo que a inclusão, nesse novo milênio, desta disciplina de prevenção ao uso de drogas ou entorpecentes nas escolas públicas e privadas do nosso Estado do Paraná.

Nós tivemos, no nosso projeto de lei, um parecer contrário da secretária de Educação, Alcyone Saliba, dizendo que os professores não teriam condição de ministrar esta disciplina. Agora, a secretaria da Educação, talvez até por falta de um conhecimento maior, no artigo 5º do nosso projeto de lei, prevê uma parceria, estabelece que a capacitação, a supervisão, ficarão a cargo de várias Secretarias de Estado, envolvidas na área. Como a Secretaria da Educação, logicamente, a Secretaria de Saúde, a Secretaria da Criança e Assuntos da Família e a Secretaria, imprescindível e importante que seria a de Segurança Pública e Justiça. Nós queríamos, com essa disciplina, que tanto os professores que seriam capacitados tanto pela Secretaria da Educação como pelas Secretarias coligadas nós teríamos a participação de toda comunidade nessa disciplina. Com isso, nós teríamos nas escolas abertura para discussão desse tema tão importante, porque todos nós reconhecemos o que é a pedagogia hoje nas escolas, no nosso Estado e no nosso país. A carência e o atraso que é o sistema pedagógico hoje, seja na escola pública, seja na escola particular. Logicamente mais fuge nas escolas públicas até pela deficiência muitas vezes da falta de recursos.

Queremos com esse projeto de lei criar nas escolas um conhecimento ao aluno, ao jovem, e com isso envolvimento dos professores, a importância que é a prevenção. Reconhecemos e sabemos que o melhor remédio é a prevenção. Nada mais justo que nessa prevenção tenhamos a disciplina de prevenção de drogas. Temos aí os deputados mais na área policial. Temos deputados que são médicos, como o deputado Luiz Accorsi, ele sabe da importância da medicina, que é a prevenção.

Por isso, reconhecemos, deputado Antonio Carlos Belinati, que nos ouve nesta tarde, o senhor sabe da importância que é prevenirmos, e nada mais justo do que estudantes, nos jovens, na escola, conversarmos ali, abertamente, o que são as drogas. Qual o mal, não só as dro-

gas de origem química, o álcool também. Porque o álcool é terrível, hoje, no nosso Paraná e no nosso Brasil!

Então, é um projeto importante, senhores deputados, que esperamos que no começo de agosto ele venha para esta Casa. Esperávamos que ele fosse votado nesse primeiro semestre, agora em junho, que seria um presente a toda comunidade paranaense, aos pais, tão preocupados com seus filhos, a todos nós parlamentares. Que nessa semana que comemora-se a “Semana Internacional de Combate às Drogas”, nós já teríamos que ter esse nosso projeto aprovado. Mas não foi possível ainda; está na Comissão da Casa. Espero que no começo de agosto tenhamos a aprovação desse projeto e se Deus nos iluminar, no ano que vem, teremos ele como projeto de lei, disciplina em todas as escolas do Estado do Paraná, que o melhor remédio é a prevenção. E a prevenção, precisamos é trazer à tona nos colégios, nas escolas do Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra, deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Somente ocupo o horário do PPS, para comunicar a todos os deputados que encerramos a primeira fase da CPI dos Alimentos, onde concluímos hoje o pré-relatório que envolve a cadeia produtiva do leite. Esse trabalho será enviado a Brasília, para a Câmara dos Deputados, ainda na tarde de hoje, quando será entregue amanhã pelo sub-relator Eli Ghellere, ao relator da Câmara Federal, na questão do leite, que é o deputado Moacir Micheletti.

Quero aqui, de antemão, agradecer a todos os deputados que nos auxiliaram nesse trabalho, aos técnicos da Assembleia Legislativa, às taquígrafas, aos técnicos de outras entidades que nos auxiliaram, aos nossos assessores.

Quero que fique registrado nas Atas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, os agradecimentos especiais aos técnicos Osmar P., da Secretaria da Agricultura, que dedicou praticamente todo o seu tempo nos últimos seis meses, nos auxiliando na elaboração desse relatório.

Enfim, agradecer ao deputado Orlando Pessuti pela forma como conduziu a CPI, nos dando todas as condições de trabalho, total liberdade de ação. Também agradecer à Mesa Executiva que nos deu total condição para que pudéssemos realizar o nosso trabalho.

E dizer que a CPI do Leite foi um retrato de tudo aquilo que aconteceu durante esses últimos seis meses. Não somente nas audiências públicas, mas nas Sessões Ordinárias da CPI, convocações. Enfim, todos os documentos, todas as denúncias que nos foram apresentadas, todas as suspeitas que levantamos, serão emitidas ao Ministério Público Estadual e a todos os órgãos competentes para que todas as medidas cabíveis sejam tomadas.

O Sr. Algaci Tulio

Quero dar um testemunho do trabalho extraordinário feito pela CPI do Leite. Mesmo não sendo membro desta CPI, procuro sempre marcar presença, tomar conhecimento. Pude participar das audiências públicas. Quero dizer que foi um dos trabalhos que realmente dignificou esta Casa. Além dos momentos tão importantes que tivemos aqui, como foi o caso da Copel, outras CPI's que atuaram nesta Casa, eu mesmo como presidente da CPI do Narcotráfico. Fizemos sessões memoráveis.

Com toda sinceridade, pude ver um dos melhores trabalhos em termos de CPI realizados aqui nesta Casa. A maneira como o deputado Orlando Pessuti conduziu esta CPI. A maneira como V. Exa. atuou como relator. E o que é importante, pessoas ligadas, que entendem desta área puderam comandar esta CPI. Como V. Exa., deputado Orlando Pessuti, não desmerecendo os demais membros. O conhecimento profundo que tem o deputado Orlando Pessuti, de V. Exa. também, oriundo da região rica e próspera de Guarapuava deu a esta Casa, pena que nem sempre trabalhos como estes são reconhecidos publicamente na imprensa. Pena que às vezes a própria Assembléia não valoriza o trabalho, como foi essa CPI do Leite, que trouxe para esta Casa as figuras mais importantes da área da agricultura, pecuária, de todos os setores.

Por isso que procuro valorizar esta Assembléia e que nem sempre sai das quatro paredes. E, com muita dificuldade, pela ação isolada de um parlamentar, de um membro da CPI é que a notícia chega lá fora.

Tive a felicidade de acompanhar essa CPI e sentir muito orgulho de ver o trabalho feito por essa CPI.

Tenho certeza que os reflexos da CPI do Leite vão dar reflexos a nível nacional pela documentação que encaminham ao deputado federal Moacir Micheletti.

Faço esse aparte com muita sinceridade, com muito orgulho de ver a nossa Casa, à qual pertencemos e estamos aqui para representar o povo, o trabalho extraordinário que fez a CPI do Leite.

Receba os meus cumprimentos.

Muito obrigado!

O SR. CEZAR SILVESTRI

Quem agradece sou eu, deputado Algaci Tulio, e quero aqui, também publicamente, agradecer-lo.

V. Exa., mesmo não fazendo parte da CPI, numa demonstração de auto-espírito público e de participação, tenho certeza absoluta, estou aqui há quase 12 anos, V. Exa., sem dúvida nenhuma é o deputado que mais participa das ações do Poder Legislativo.

Falo isso e tenho certeza que não estou cometendo injustiça. V. Exa. muito bem disse que mesmo não sendo parte da nossa Comissão por muitas vezes lá esteve conosco, colaborando e nos auxiliando.

Senhor presidente, a nossa CPI não se encerra neste momento, é um pré-relatório que estamos apresentando, até porque havia necessidade de entregarmos na data de hoje para que o deputado Moacir Michelletti

pudesse, também, embasado no nosso relatório, fazer o seu relatório na Câmara Federal.

Os nossos trabalhos foram prorrogados na data de ontem até o dia 03 de outubro, onde a nossa CPI, que é a CPI dos Alimentos, tratará ainda do assunto da carne, do café e dos hortifrutigranjeiros.

Não querendo ocupar o tempo dos deputados, até porque eu logo no início dos nossos trabalhos legislativos do 2º semestre, farei uso do Grande Expediente onde poderei realmente relatar todo o nosso trabalho, mas não poderia deixar de hoje agradecer a todos aqueles que nos auxiliaram até o presente momento.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Cezar Silvestri, creio que faço em nome da Mesa Executiva e aqui se encontra o nosso presidente, Hermas Brandão; 2º secretário Anibelli e o 1º secretário, Valdir Rossoni.

Acho que devo, mesmo que ocupando aqui temporariamente a presidência, fazer o registro de que acompanhei o trabalho dessa Comissão e quero parabenizar todos os membros; V. Exa. pela relatoria; o deputado Orlando Pessuti pela presidência e todos os deputados que fizeram um esforço muito grande para percorrer o Paraná, num trabalho brilhante com relação a essa questão do leite que é importantíssima para o nosso Estado.

Receba, acredito que desta presidência e de todos os deputados, o reconhecimento por esse trabalho e pela conclusão pelo menos de parte desse trabalho que, tenho certeza absoluta, será muito importante para os agricultores e para o nosso Estado.

Consulto a Liderança da Oposição; Liderança do Governo, se farão uso do horário.

(Declinam)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos senhores deputados.**

Projeto de Resolução de autoria do deputado Chico Noroeste, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Ricardo Maia, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Chico Noroeste, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 04 (quatro) de autoria do deputado Elio Rusch, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Passo a presidência ao nobre presidente, deputado Hermas Brandão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1791, de autoria do deputado Cezar Silvestri, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o projeto de Resolução nº 028/2001, que dispõe sobre a concessão de vale refeição aos servidores e funcionários da Assembléia Legislativa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1817, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2002, que dispõe sobre aprovação e encaminhamento de proposta de emenda constitucional ao Congresso Nacional da forma do artigo 60, III da Constituição Federal de 1988, item 24 da Ordem do Dia, da presente Sessão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com os requerimentos acima aprovados:

ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 028/2001, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que dispõe sobre a concessão de vale-refeição aos servidores e funcionários da Assembléia Legislativa. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. (Publ. no DA nº 129/2001, de 19.09.2001).

COMISSÃO EXECUTIVA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 28/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de resolução, de autoria do nobre deputado Cezar Silvestri, dispõe sobre a concessão de Vale-Refeição aos servidores e funcionários da Assembléia Legislativa do Estado.

Chamada a opinar, de acordo com o artigo 33, do Regimento Interno, a Comissão Executiva entende da justiça da proposição do parlamentar, tendo em vista que o funcionalismo da Casa está por merecer tal benefício e que a medida abrangerá grande número dos nossos servidores.

Sendo assim, esta Comissão Executiva, apresenta parecer favorável ao projeto de resolução em tela, opinando pela sua aprovação.

Palácio XIX de Dezembro, em 24.06.2002

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, somente para agradecer a todos os deputados e principalmente, a sensibilidade da Mesa Executiva da Casa.

Esse projeto que concede o vale refeição aos funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, é uma antiga aspiração, um antigo sonho dos funcionários e acredito que até hoje estamos acabando com uma injustiça.

A grande maioria ou a totalidade das empresas privadas, fornece vale-refeição. Todos os Poderes praticamente também fornecem vale-refeição e nós tínhamos essa lacuna aqui na Assembléia Legislativa. Mas, só estamos, acabando com essa lacuna, graças à sensibilidade de pessoas como o deputado Hermas Brandão, o deputado Valdir Rossoni, o deputado Antonio Anibelli e toda a Mesa Executiva. Até porque, quem fará o pagamento e ônus que terá realmente, será a Assembléia Legislativa, representada pela Mesa Executiva.

E agradecer também, a todos os parlamentares que mostraram sensibilidade. Em nome dos funcionários da Casa, agradeço profundamente, a todos!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

ITEM 24

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2002 de autoria do deputado Hermas Brandão, que

aprova encaminhamento de proposta de Emenda Constitucional ao Congresso Nacional na forma do artigo 60, III da Constituição Federal de 1988. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. Aprovado. (Publ. no DA nº 043/2002, de 15.04.2002).**

Passamos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 309/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que concede descontos de 50% (cinquenta por cento) em eventos culturais artísticos para doadores de sangue. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO.**

Vamos apreciar nesta Sessão a emenda aprovada em 2ª Discussão.

Está em discussão as emendas, formuladas pela Comissão de Constituição e Justiça.

Emenda 1: em votação. **Aprovada.**

Emenda 2: em votação. **Aprovada.**

Irá o projeto à Redação Final.

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 677/2001, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação de Caridade do Espírito Santo de Laranjal, com sede no município de Laranjal e foro no município de Palmital. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO - Aprovada a emenda.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 248/2002, de autoria do deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI do município de Guaporema e foro no município de Cianorte. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Aprovada a emenda.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 271/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Moradores do Bairro Gleba 18 - Ascomgle, com sede e foro no município de Mariluz, comarca de Cruzeiro do Oeste- PR. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Aprovada a emenda.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 335/2002, de autoria do deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública a APMI - Associação à Maternidade e à Infância do município de Lunardelli, com sede e foro no município de Lunardelli. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Aprovada a emenda.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 351/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Pinheirão - APRP, com sede e foro no município de Araruna, comarca de Peabiru e foro na mesma comarca. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 352/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM- Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Vila Guaira- Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 353/2002, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual para Surdos Alcindo Fanaya Júnior - Ensino Fundamental, com sede e foro nesta Capital. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 355/2002, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres -APM, do Colégio Estadual Lúcia Alves de Oliveira Schoffen, com sede e foro no município de Altônia. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 357/2002, de autoria do deputado Ricardo Maia, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais, Amigos e Mestres da Escola Dinâmica- APAMDI, com sede e foro no município de Maringá. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado o substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 363/2002, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Moradores da Vila Idalina do município de São José dos Pinhais,

com sede e foro no mesmo município. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 407/2002, de autoria do Ministério Público, que dispõe sobre a criação da Gratificação Especial de Produtividade dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 015/2002, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados - mês de maio de 2002, conforme Resolução nº 15/92. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 308/2002, de autoria do deputado Ricardo Maia, que declara de Utilidade Pública o Centro de Educação Infantil Batista Aliança Eterna (creche), com sede e foro no município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 056/2002, de 08/05/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 308/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Creche Batista Aliança Eterna, com sede e foro no município de Maringá.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 308/2002 EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche Batista Aliança Eterna, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

Apoioamento:

Orlando Pessuti e Marcos Isfer.

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 365/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural e Artística para Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 066/2002, de 21/05/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 365/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Cultural e Artística para Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 365/2002 EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cultural e Artística para Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Apoioamento: Marcos Isfer.

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 366/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Rede Paranaense de Metrologia e Ensaios - Paraná Metrologia, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 066/2002, de 21/05/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 366/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, tem por objetivo declarar de Utili-

dade Pública a Rede Paranaense de Metrologia e Ensaios - Paraná Metrologia, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas. É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 366/2002
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Rede Paranaense de Metrologia e Ensaios - Paraná Metrologia, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

Apoio: Marcos Isfer.

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 367/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública o Instituto Paranaense 28 de Junho - Conscientização e Direitos Humanos (Inpar 28 de Junho), com sede e foro nesta Capital. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 066/2002, de 21/05/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 367/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Instituto Paranaense 28 de Junho - Conscientização e Direitos Humanos (Inpar 28 de Junho), com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas. É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 367/2002
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Paranaense 28 de Junho - Conscientização e Direi-

tos Humanos (Inpar 28 de Junho), com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

Apoio:

Marcos Isfer.

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 375/2002, de autoria do deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública a Pastoral da Criança do município de Sarandi, com sede e foro no mesmo município. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 068/2002, de 27/05/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 375/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Pastoral da Criança da Paróquia Nossa Senhora das Graças de Sarandi, com sede e foro no município de Sarandi.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 375/2002

P A R E C E R :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Pastoral da Criança da Paróquia Nossa Senhora das Graças de Sarandi, com sede e foro no município de Sarandi.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

Apoio:

Duílio Genari, Orlando Pessuti e Marcos Isfer.

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 378/2002, de autoria do deputado Edson Praczyk, que declara de Utilidade

Pública a Associação Cristã El-Shadday-Aces com sede e foro nesta capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 069/2002, de 28.05.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 378/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Edson Praczyk, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Cristã El - Shadday, com sede e foro nesta capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 380/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Desportiva São José, com sede e foro no município de São José dos Pinhais. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 069/2002, de 29.05.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 380/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade Desportiva São José, com sede e foro no município de São José dos Pinhais.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 390/2002, de autoria do deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação de Recuperação do Alcoólatra - ARA, com sede e foro no município de Formosa do Oeste. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 071/2002, de 28.06.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 390/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Recuperação de Alcoólatras, com sede e foro no município de Formosa do Oeste.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-la às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 390/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Recuperação de Alcoólatras, com sede e foro no município de Formosa do Oeste.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

Apoiamento:

Duílio Genari, Marcos Isfer.

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 436/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Fundação Ângelo Cretã de Educação Ambiental, com sede e foro no município de Campo Largo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 081/2002, de 13.06.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 436/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Fundação Ângelo Cretã de Educação Ambiental, com sede e foro no município de Campo Largo.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.
Sala das Comissões, em 18.06.2002.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1828, de autoria do deputado Durval Amaral, com apoio dos deputados Carlos Simões, Tony Garcia, Ademar Traiano e demais deputados, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício e transformação do Plenário em Comissão Geral nas Sessões Plenárias de 27 a 30 de junho, em Comissão Geral de Plenário. **Recebido na forma do artigo 107 do Regimento Interno.**

Eu solicito aos senhores parlamentares que passem às lideranças, cópia do requerimento.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, esse requerimento de transformação em Comissão Geral foi de proposição de quem?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Do líder do Governo, Durval Amaral; do líder do PSDB, Ademar Luiz Traiano; do líder do PTB - Carlos Simões; do líder do PFL - Plauto Miró Guimarães, do líder do PPB e do PSL.

Ele não foi votado, foi recebido.

Será encaminhado a V. Exa., de acordo com o artigo 107.

Requerimento nº 1818 a 1820, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1825, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

É prorrogado de 120 dias para comissão especial; não é CPI?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Comissão Especial.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Me parece que no caso da CPI, as prorrogações têm que ser de 60 em 60 dias. Não sei se era o caso da Comissão Especial também.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Segundo informações do assessor, senhor Celso, pode ser prorrogado até o final do ano legislativo.

O SR. ORLANDO PESSUTI

No caso da Comissão Especial?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Especial.

Está em votação. deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimentos nºs 1826 e 1827, de autoria do deputado Hermes Fonseca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1771, de autoria do deputado nereu Moura, constante do expediente de Sessão anterior. Rejeitado.

O SR. NEREU MOURA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, eu já falei ontem sobre os helicópteros - 100 mil reais por mês, e o Paraná tem dois helicópteros que estão no hangar, parados. Não se justifica gastar 200 mil por mês com dois helicópteros.

Quero pedir aos deputados que aprovelem este requerimento, inclusive aqueles que querem se coligar com o PMDB nas eleições deste ano. Está aí uma demonstração de transparência desse governo. Não tem o que esconder. Vamos ver exatamente em que termos foi feito esse contrato e se foi feito através de licitação, carta-convite, qual foi a modalidade licitatória desse procedimento.

Por isso, senhor presidente, eu acho importante e fundamental a aprovação deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação.

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação com chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Ricardo Maia**)

(**Procede à chamada nominal dos senhores deputados**)

Quarenta e três deputados, senhor presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

Solicito a V. Exa. que aceite a justificativa de ausência dos deputados Eli Ghellere e Ademir Bier, que

se encontram em Brasília, representando a CPI dos Alimentos na audiência com o ministro da Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Prestando um excelente trabalho ao nosso Legislativo.

Está em votação o requerimento do deputado Nereu Moura.

Os deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Dezesseis parlamentares aprovam.

Os deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e sete parlamentares rejeitam.

Está **rejeitado** o requerimento.

Requerimento nº 1763, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1772, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Alimentos, tendo como presidente o deputado Orlando Pessuti e como relator o deputado Cezar Silvestri, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1779, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1780 e 1792, de autoria do deputado Ricardo Chab, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1783 e 1784, de autoria do deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1786 e 1787, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1788, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1790, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1794, de autoria do deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1802 e 1809, de autoria do deputado Moysés Leônidas, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1808, de autoria do deputado Ricardo Chab, com apoio dos deputados Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Algaci Tulio, Neivo Beraldin e demais deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1810 e 1824, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1812 a 1814, de autoria do deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1815 e 1816, de autoria do deputado Fernando Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Queremos participar aos senhores parlamentares, que teremos uma Sessão Especial, em conjunto com o Movimento Pró-Paraná, logo mais às 17h30, quando nessa Sessão serão homenageados a Sra. Joary dos Santos, o Sr. José Aroldo Galassini e Dra. Zilda Arns - a Sra. Joary dos Santos é a professora mais antiga do Estado, exercendo as suas funções até hoje -, que receberão o "Troféu Guerreiro do Paraná".

Também quero convidar os senhores parlamentares, para a outorga de Título de Cidadania Honorária do Estado do Paraná do bispo Dom Olívio Aurélio Fazza, por proposição do deputado Sérgio Spada, no próximo dia 28 de junho, às 16h00, na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Deputado Sérgio Augusto Lopes Ramirez, de Aguas Calientes, do México.

Sinto-me também na obrigação de saudá-lo e ao povo mexicano, nesse momento, pelo fato da indicação dessa Assembléia Legislativa, nós integrarmos a Confederação Parlamentar das Américas.

Tudo isso aconteceu, quando estivemos em San Ruan, Porto Rico, na companhia do deputado Cezar Seleme, ocasião em que o Brasil conquistou a presidência dessa instituição - Confederação Parlamentar das Américas e que, posteriormente, ao Brasil, agora, a presidência está em mãos mexicanas, na pessoa da senadora Laura Pavão. Temos um carinho especial pela senadora Laura Pavão. Temos mantido com ela um perfeito entrosamento, através da Câmara Federal, através da União Nacional dos Legislativos Estaduais e na condição de ex-presidente, nós integramos o Comitê Executivo da Confederação Parlamentar das Américas presidido pela deputada Laura Pavão. A posse dela ocorreu agora no início do mês de maio, e não foi possível estarmos presentes, mas esta Assembléia estará presente na reunião do Comitê que acontecerá na cidade do México, no próximo mês de novembro. Estaremos lá para, junto com o deputado Sérgio Augusto Lopes Ramirez, com a senadora Laura Pavão, estreitarmos os laços de amizade e de cooperação nos trabalhos legislativos que pretende desenvolver a Confederação Parlamentar das Américas.

Fiquei satisfeito também, deputado Sérgio Augusto, por aquilo que me disse a deputada Serafina Carrilho, dos entendimentos que já está dando segmento com V. Exa. no que diz respeito à troca de experiência e informações da rede de combate ao câncer. É um trabalho que a deputada Serafina Carrilho faz com dedicação aqui no Paraná e sei que será muito importante esse trabalho

ser conhecido não só pelos parlamentares mexicanos, mas conhecido pelas autoridades constituídas daquele país e pelo povo daquele país.

Muito obrigado pela sua presença; em meu nome pessoal, e em nome da União Nacional dos Legislativos do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero avisar, aos senhores parlamentares, que, provavelmente, teremos sessão vespertina. Faço um apelo aos parlamentares que estejam amanhã aí e, provavelmente, na sexta-feira.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 27, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 216/2002.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 351, 357 e 363/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 530/2001, 030, 308, 365, 366, 367, 375, 378, 380, 390 e 436/2002, do Projeto de Resolução nº 028/2001 e do Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 364/2001, 195, 221, 291, 293, 332, 339, 346, 354, 371, 386, 396, 399, 404, 415, 417, 418, 429 e 474/2002.

Levanta-se a Sessão.